

134

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CÂMPUS PALMAS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Autorizado pelo Decreto 89.186, de 16/12/1983, DO 19/12/1983.

Reconhecido pela Portaria 137/87, de 10/03/1987, DO de 11/03/1987.

Renovação de Reconhecimento pela Portaria 3.273, de 27/11/02, DO 231, de 29/11/2002.

Renovação de Reconhecimento pela Portaria 1.278, de 17/05/2004, DO 94 de 18/05/2004.

Autorizado pela Resolução de Autorização do CONSUN nº. 09/2005 de 23/09/2005.

Reconhecido pela Portaria SESU/MEC nº. 280/2009 de 06/02/2009, DOU de 05/03/2009.

Transferido para o IFPR pela Resolução 010/2010 – CONSUP/IFPR (retificada pela Resolução 154/2011 - CONSUP/IFPR).

Aprovado pelo CONSEPE/IFPR em.....

**PALMAS - PR
2014**

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor
Irineu Mário Colombo

Pró-Reitoria de Ensino
Ezequiel Westphal

Diretoria de Ensino Superior e Pós-Graduação
Mirele Jacomel

Coordenação de Ensino Superior
Luiz Aparecido Alves de Souza

Direção Geral
Luciano Martignoni

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão
Frank Silvano Lagos

Coordenador de Curso
Cezar Grontowski Ribeiro

Núcleo Docente Estruturante
Cezar Grontowski Ribeiro
Evandro Marcos Leonardi
Kátia Cilene Silva Santos Conceição
Luciano Martignoni
Marcos Euzébio Maciel

Membros do Grupo de Trabalho do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Coordenador: Ms. Cezar Grontowski Ribeiro
Vice-coordenador: Ms. Luciano Martignoni

Professores e suas áreas

Alexandre Colares Baiocchi – Mestre / Psicologia
Alúcio Menin Mendes – Mestre / Educação Física
Cezar Grontowski Ribeiro – Mestre / Educação Física
Elaine Fortunato – Especialista / Libras
Evandro Marcos Leonardi – Doutorando / Filosofia
Fernando Neitzke – Mestre / Educação Física
Gesiliane Aparecida Lima Kreve – Mestre / Educação Física
Kátia Cilene Silva Santos Conceição – Doutora / Letras
Luciano Martignoni – Mestre / Educação Física
Márcio Flávio Ruaro – Mestrando / Educação Física
Marcos Euzébio Maciel – Doutor / Biologia
Sarah Franco Vieira de Oliveira – Doutora / Biologia

Representantes Discentes:

Aline Mati Shimosaka
Ana Claudia Ferreira de Almeida
Christian Zwicker
Rosiléia Aparecida dos Anjos Batista

137

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	05
2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO.....	06
2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ.....	07
2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	10
2.3 FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS.....	11
2.4 O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DO CÂMPUS PALMAS E O CONTEXTO REGIONAL.....	13
2.5 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	18
3 A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	20
3.1 HISTÓRICO DO CURSO.....	20
3.2 JUSTIFICATIVA.....	22
3.3 OBJETIVOS.....	24
3.4 FORMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA.....	25
3.4.1 Bolsas de Pesquisa, de Extensão e de Inclusão Social.....	26
3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores.....	29
3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores.....	30
3.4.4 Expedição de Diplomas e Certificados.....	31
3.5 PERFIL DO EGRESSO.....	31
3.5.1 Áreas de Atuação do Egresso.....	33
3.5.2 Acompanhamento de Egresso.....	34
3.6 PERFIL DO CURSO.....	35
3.6.1 Princípios Norteadores.....	31
3.6.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.....	39
3.6.3 Estratégias Pedagógicas.....	40
3.6.4 Atendimento ao Discente.....	45
3.6.5 Educação Inclusiva.....	45
3.6.6 Integração com a Pós-Graduação.....	46
3.7 AVALIAÇÃO.....	47
3.7.1 Avaliação da Aprendizagem.....	47
3.7.2 Avaliação Institucional.....	54
3.7.3 Avaliação do Curso.....	55
3.7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	55
3.8 ESTRUTURA CURRICULAR.....	56
3.8.1 Matriz Curricular.....	56
3.8.1.1 Núcleo de Práticas como Componente Curricular e Estágios.....	56
3.8.2 Disciplinas Optativas.....	60
3.8.3 Periodização.....	57
3.8.4 Percurso de Formação.....	61
3.9 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS.....	62
3.10 TRABALHO DE CURSO.....	91
3.11 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES.....	92
4 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	92
4.1 CARACTERÍSTICAS DO CORPO DOCENTE.....	92

4.1.1 Atribuições do Coordenador.....	93
4.1.2 Experiência do Coordenador.....	94
4.1.3 Núcleo Docente Estruturante.....	95
4.1.4 Colegiado de Curso.....	96
4.1.5 Política de Capacitação Docente.....	96
4.1.6 Plano de Cargos e Salários do Docente.....	97
5 INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	97
5.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS.....	99
5.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL.....	99
5.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO.....	101
5.4 BIBLIOTECA.....	102
5.4.1 Normas de Utilização.....	103
5.4.2 Acervo Bibliográfico.....	103
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
ANEXOS	
ANEXO I - REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR CÂMPUS PALMAS	
ANEXO II - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
ANEXO III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	

1 IDENTIFICAÇÃO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Curso: Licenciatura em Educação Física

Forma de Oferta: Presencial

Área do Conhecimento: 40900002 - Ciências da Saúde – Educação Física

Quantidade de Vagas: Uma turma com 40 (quarenta) vagas, com ingresso anual no primeiro semestre de cada ano

Turno de oferta: Noturno

Regime de funcionamento: Regular

Horário de oferta do curso: noturno 19h30min às 23h05min

Tipo de Matrícula: Por componente curricular

Regime Escolar: Semestral

Prazo de Integralização Curricular: Mínimo oito e máximo quatorze semestres.

Local de Funcionamento: Instituto Federal do Paraná, Câmpus de Palmas, Rodovia PR 280 – Trevo CODAPAR S/N – Fone: 0(xx)46-3263-8900 – Ramal: 8905 CEP 85.555-000 - Palmas – PR.

Coordenador do Curso: Ms. Cezar Grontowski Ribeiro



2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Este documento apresenta as diretrizes norteadoras das ações afetas ao Curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Federal do Paraná, Câmpus de Palmas, com característica de formação ampla, e foi construído a partir de um processo inédito no Brasil, o de federalização de uma instituição de ensino superior com toda a complexa estrutura que lhe é característica.

A comunidade acadêmica poderá buscar, neste documento, os subsídios necessários para encaminhar a dinâmica pedagógica do curso, manifesta em suas ações de ensino, pesquisa e extensão, identificando, compreendendo e incorporando a origem e os objetivos do curso e envolvendo-se em seu constante aprimoramento de forma consciente e crítica.

Trata-se não de um caminho único a seguir que venha a cercear o direito a vida em um mundo em constante movimento e desenvolvimento, mas de possibilidades, marcos indicadores, dentro dos quais, ou a partir dos quais, os conhecimentos dos docentes, as demandas da sociedade e a busca por formação de qualidade pelos acadêmicos possam ser articulados com vistas a objetivos possíveis.

Importante situar o Curso no contexto regional em que se insere, para depois apresentá-lo em suas características e peculiaridades, bem como sua base legal e científica, sua forma de funcionamento no entorno da sua matriz curricular e as concepções de avaliação que permitirão avançar e manter-se conectado de forma estreita com a sociedade que justifica a existência deste curso.

Destaca-se, desde já, que o trabalho de reflexão sobre as ações institucionais e do próprio curso deve ser constante, como forma de acompanhar a dinâmica do mundo no qual se inserem e que devem atender, estando, portanto, em permanente processo de reconstrução. Com vista a isto, o acompanhamento do Núcleo Docente Estruturante e, de forma mais próxima, do Colegiado de Curso se tornam ferramentas de grande relevância por se constituírem nos fóruns adequados das discussões afetas a este Projeto Pedagógico de Curso (PPC).



2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

O Instituto Federal do Paraná teve origem a partir da Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Art. 2º da Lei 11.982/2008 caracteriza os Institutos Federais como sendo

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

O parágrafo 2º desse artigo salienta que “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.”

Em todo o Brasil, existem 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O Art. 5º da Lei 11.982/2008 determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando em seu inciso XXV a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Art. 6º da referida lei, como sendo:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de



desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir disso, estabelecem-se os objetivos dos Institutos Federais, descritos no Art. 7º da mesma lei:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior.

O grande diferencial dos Institutos Federais é a oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação Básica (cursos técnicos de nível médio) até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). O Ensino Superior será ministrado nos Institutos Federais, observando o disposto nas alíneas do Art.7º, inciso VI, que dá a abrangência de atuação desse nível nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;



- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) conta com 14 câmpus, ofertando cursos em nível médio, técnico e superior, além da oferta de cursos na modalidade à distância em mais de 230 municípios paranaenses e em outras unidades da Federação. Os câmpus do IFPR estão localizados nos municípios de Curitiba (Câmpus e Reitoria), Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Telêmaco Borba e Umuarama, com previsão de expansão para os próximos anos.

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no crescimento econômico e na qualidade de vida, conforme revela seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. A economia paranaense está entre as cinco maiores do país, tendo apresentado, no ano de 2008, um crescimento de 5,8%, atingindo um PIB de 169,8 bilhões de reais, correspondente a 5,84% do PIB nacional (IPARDES, 2008).

Na composição do PIB paranaense, o setor de serviços é o que mais se destaca, correspondendo a 62,7% do total, seguido dos setores industrial e agropecuário, que participam, respectivamente, com 29,1% e 8,2%.

O Paraná é ainda o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada, na qual se destacam a soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar. Na pecuária, o maior destaque é da avicultura, que corresponde a 25,3% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 16,0%, respectivamente (IPARDES, 2008).

No setor industrial, predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação/ montagem de veículos automotores.

No comércio internacional se destacam as transações principalmente, com a Argentina e a Alemanha. Entre os principais produtos exportados estão o soja,



material de transporte e carne, enquanto os mais importados são materiais de transporte, produtos químicos e derivados de petróleo.

O IFPR oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Por isso, a distribuição espacial dos câmpus procurou contemplar o estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional. Nesse ínterim, já está prevista a ampliação da rede por meio da implantação de novos câmpus e núcleos avançados, vinculados diretamente aos câmpus instalados, sendo que a expansão futura deverá contemplar as regiões com carência de atendimento e com baixo IDH.

2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

Prevendo a ampla participação da sociedade em todas as suas esferas, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPR, foi elaborado no ano de 2009 apontando a necessidade de parceria com os movimentos sociais, as entidades ou instituições públicas e privadas representativas das classes patronal e trabalhadora.

Segundo o PDI (2009, p. 08) essa “articulação com a sociedade e com representantes do mercado de trabalho certamente trará ao processo educativo e formativo, valiosa contribuição em relação à compreensão dos valores sociais do trabalho e da dignidade da humana.”

O referido documento entende a participação da comunidade como

essencial ao processo educacional que se munirá de condições de despertar nas pessoas a consciência cidadã voltada para a compreensão da realidade social em que vivem e a importância da participação no processo de transformação desta realidade, para que se possa construir uma sociedade mais livre, igualitária, justa, fraterna, solidária e soberana. (PDI, 2009, p. 08).

Com essa perspectiva de ampla participação social e de transformação da realidade, a missão do IFPR se constitui em:

Promover e valorizar a educação profissional e tecnológica, com base na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade paranaense e



brasileira, com amparo nos princípios da ética e da responsabilidade social. (PDI, 2009, p. 19)

Dessa missão, deriva-se a visão institucional: "Ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora." (PDI, 2009, p. 19).

Os valores definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional são os que seguem:

- Compromisso com a construção do saber e reconhecimento dos saberes sociais;
- Promoção de educação de qualidade, inclusiva e integradora, formadora de profissionais competentes e comprometidos com a responsabilidade sócio-ambiental;
- Gestão participativa, dinâmica e transparente, comprometida com a qualidade de vida;
- Desenvolvimento de inovação tecnológica por meio de postura empreendedora;
- Comportamento ético orientado pelos princípios da dignidade humana, respeito às diferenças dos cidadãos e combate a todas as formas de discriminação;
- Respeito, preservação e disseminação da cultura e das tradições locais;
- Qualidade e excelência para promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos, para a satisfação da sociedade.

A partir do compromisso social, que se evidencia na missão, na visão e nos valores institucionais, o IFPR se propõe a ofertar uma formação sólida, com base na ética e nos valores democráticos como princípios fundamentais à educação e à produção de conhecimentos, permitindo uma integração efetiva entre os membros da comunidade escolar, a sociedade e o mundo do trabalho.

2.3 FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

De acordo com a Lei de criação (Lei nº 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes finalidades e características:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;



- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

São objetivos do IFPR:

- I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI – ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, visando à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;



e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

As Licenciaturas constituir-se-ão como espaço privilegiado para formação do docente, especialmente para a Educação Profissional e Tecnológica. Deverão desenvolver pedagogias apropriadas à EPT e à reflexão pedagógica, de forma a permitir ao docente a compreensão da constituição dos conhecimentos tácitos e a necessidade de seu aperfeiçoamento com base nas ciências. Da mesma forma, deverá focar a compreensão das abordagens não lineares das relações entre ciência e tecnologia e o diálogo entre os conhecimentos tecnológicos escolarizados e os que nascem das iniciativas e experiências práticas extra-escolares.

O encaminhamento político-pedagógico no IFPR deverá permitir aos profissionais da educação buscar metodologias que estabeleçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o diálogo com a sociedade especialmente por intermédio das ações de extensão e da pesquisa, respeitando as particularidades locais e regionais. Docentes e discentes responderão ao desafio da pesquisa, em todos os níveis e modalidades de ensino, por meio da organização de grupos de pesquisa e da produção de projetos de pesquisa.

2.4 O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DO CÂMPUS DE PALMAS E O CONTEXTO REGIONAL

A história de Palmas iniciou-se há quase três séculos, na década de 1720. Em 1855 Palmas foi elevada à categoria de Freguesia, e 22 anos mais tarde, tornou-se a “Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas”, para, em 14 de abril de 1879, tornar-se oficialmente município autônomo.

Palmas era habitada por índios e, inicialmente, ocorreu a miscigenação com seus imigrantes, os portugueses colonizadores e os negros escravos. Após 1880, houve também a chegada de alemães, italianos, poloneses, espanhóis e sírio-libaneses, além da contínua entrada de portugueses.



Localizada na região dos Campos do Centro Sul do Estado, faz parte do chamado Paraná Tradicional de economia pecuarista. Entre as outras atividades econômicas da região estão a agricultura, indústria, fruticultura, silvicultura, cunicultura, apicultura, sericultura, extração vegetal, além do setor terciário de comércio e serviços.

Entre 2000 e 2004, Palmas foi um dos municípios com maior crescimento econômico no estado. Além do papel de destaque da pecuária, também se pode destacar a fruticultura da maçã, que é considerada pela Europa a melhor do mundo, sendo a maçã de Palmas, a segunda melhor do Brasil.

A cidade conta com algumas atrações turísticas e culturais, entre as quais destacam-se o artesanato, o Rodeio Interestadual, Centros de Tradição Gaúcha, Expopalmas, Cavalhadas, além das comidas típicas e de diversos outros eventos. Outra atração de destaque em Palmas são suas fazendas históricas, que preservam as características do passado. Algumas delas existem há mais de um século, guardando a arquitetura e utensílios da época.

Palmas foi, durante muito tempo, o mais importante pólo de ensino superior do sudoeste do estado. Ainda hoje concentra boa parte das vagas disponíveis para a região. Socialmente, é uma das mais desiguais cidades do Paraná. Entre 1991 e 2000, o Índice GINI do município disparou de 0,610 para 0,660. De fato, Palmas é o 15º município mais desigual do Sul do Brasil e o 9º, neste quesito, no estado do Paraná. No ano 2000 a porção da renda abocanhada pelos 10% mais ricos da população era de 56,5% da renda total, contra apenas 7,3% dos 40% mais pobres.

É nesse contexto que se instaura o Câmpus Palmas do IFPR, cuja origem advém da federalização do UNICS – Centro Universitário Católico Diocesano do Sudoeste do Paraná, em março de 2010. Nesse momento, o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, determinou a desapropriação do imóvel, e imediatamente fez convênio com o Ministério da Educação para que neste espaço fosse criada uma instituição federal de ensino, que ofertasse educação de qualidade e gratuita, para toda a região.

O Instituto Federal do Paraná – IFPR – Câmpus Palmas nasceu, portanto, da desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do Centro Universitário Católico



do Sudoeste do Paraná – UNICS, instituição de natureza privada, mantida pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA.

Registros históricos relatam que no ano de 1968 aconteceu a instalação e autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI, pelo Decreto Federal 63583/68 – com quatro cursos: Filosofia, História, Pedagogia e Letras.

Em 1972, em Assembleia Geral Extraordinária, o Diretor-Presidente do CPEA propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná, com sede em Palmas, propugnando pela implantação de uma Universidade que unificasse e expandisse o Ensino Superior na região, projeto que acabou não se concretizando.

Entre 1979 e 1980 foram criadas e autorizadas as Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, instaladas com apoio do Poder Público Municipal – Lei Municipal nº 654/79 – Decreto Federal 84784/80 – sob a Administração do CPEA e com os cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – depois Licenciatura em Educação Física e em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciências – Habilitações: Matemática, Biologia e Química.

Em 1987 a administração do CPEA/Faculdades de Palmas voltou-se para a expansão das instalações físicas, com aquisição de uma área de 30 alqueires, com abertura dos primeiros caminhos no terreno e início da construção do Câmpus II na PRT 280.

Em 1990 houve esforço para instalação de uma Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, integrando as instituições FAFI e FACEPAL de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL de Francisco Beltrão, todas localizadas no Sul e Sudoeste do Paraná.

Diante da impossibilidade colocada pelo governo em cumprir o que estava legalmente certo e definido, as Instituições de Ensino Superior que integraram o projeto da UNIVALE, buscaram outros caminhos. Assim, em 1992 as Faculdades de Palmas assinaram em convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais.



Em outubro de 1993, sem abandonar a proposta de uma Universidade Regional, as Faculdades de Palmas protocolaram em Brasília um novo Processo, solicitando via reconhecimento do CFE/MEC, a implantação da Universidade Católica do Sudoeste do Paraná, com proposição de vários cursos novos. O processo foi arquivado em razão do fechamento do Conselho Federal de Educação, pelo Presidente da República.

No decorrer de 1998, estruturado o novo Conselho Nacional de Educação, pautado em Políticas Nacionais redefinidas com base na Lei 9394/96, foi encaminhado um processo solicitando a transformação da FAFI/FACEPAL em Centro Universitário. Para a instrumentalização do Processo foi necessário solicitar a mudança de categoria de Faculdades isoladas, para Faculdades Integradas de Palmas, o que foi aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC nº 285/2001.

Em 2002, através da Portaria do MEC nº 2.993/2002 as Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades Integradas Católicas de Palmas e em maio de 2004 pela Portaria Ministerial nº 1274/04, foram transformadas em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.

A partir de 2004, com a autonomia concedida aos Centros Universitários pela legislação em vigor, o UNICS, instalou novos cursos tais como Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Agronomia.

No início de 2009 a administração do CPEA/UNICS, passou a focar-se na inclusão da IES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, programa novo do Governo Federal de expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico lançado em dezembro de 2008. Esta iniciativa contou, desde o princípio, com a integração de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, pessoas representativas de diversos movimentos, associações e outras, que deixando de lado ideologias e agremiações partidárias se uniram em torno da causa da Federalização do UNICS, por entenderem que esta conquista seria uma importante alavanca para o desenvolvimento de Palmas e Região.

Em 17 de março de 2010, aconteceu no Câmpus II, do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, o ato oficial de desapropriação dos bens



imóveis e laboratoriais do UNICS e a Instalação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Complexo Tecnológico Dom Agostinho José Sartori.

No dia 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação, através da Portaria nº 728/2010, publicada no DOU nº112 de 15 de junho de 2010, aprovou a incorporação dos cursos e alunos pelo IFPR, e declarou extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS.

Desta forma, o Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA, mantenedora do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, contando com o relevante e abnegado papel do Bispo Diocesano, do Bispo Emérito e a aprovação da Santa Sé abriu mão da condição de Instituição Católica, por uma causa maior.

Com os olhos voltados para a população mais carente, e principalmente diante da importância de um Instituto Federal em Palmas, não só como propulsor ao desenvolvimento sócio-econômico de Palmas e da Região, mas, também, pela socialização do acesso ao ensino superior gratuito, tomou diante do atual contexto, a decisão que julgou mais viável e justa, deixando um profundo agradecimento a todos que tornaram esta causa possível.

Inúmeros são os desafios econômicos, sociais e políticos que precisam ser enfrentados pelas instituições de ensino superior, especialmente as públicas. O IFPR não pode ignorar a importância de sua colaboração na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, motivo pelo qual, constam, em seu estatuto, os seguintes princípios norteadores, reveladores de sua responsabilidade social:

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
- V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Partindo desses princípios, o IFPR desenvolverá políticas de responsabilidade social tendo em vista as seguintes diretrizes:

- garantir o acesso de todos à educação, dedicando atenção especial às camadas que historicamente vêm sofrendo processos de exclusão;

- zelar para que a produção e a transmissão do conhecimento sejam orientados para o interesse público e o bem comum;
- formar profissionais comprometidos com a ética, a transparência, a justiça, a paz e o interesse social;
- lutar pelo comprometimento social com a preservação do meio ambiente;
- orientar suas ações educativas para o trabalho coletivo, a solidariedade, o respeito à diversidade;
- implementar canais de relacionamento que favoreçam o diálogo com a comunidade, de forma a realimentar as reflexões e as políticas institucionais;
- articular-se aos movimentos sociais, apoiando as diferentes formas de organizações de cidadãos;
- lutar contra os preconceitos de toda ordem, promovendo a diversidade como valor intrínseco às suas práticas.

As políticas de Relações Institucionais têm por propósito integrar a comunidade acadêmica com a sociedade e o mundo do trabalho, de forma a imprimir ao IFPR um papel afirmativo, colaborativo e indutor junto à sociedade paranaense no que tange à educação profissional. Neste sentido, promover ações que estreitem as relações da comunidade interna com a externa, assim como proporcionar, por diferentes meios, uma maior inserção do IFPR nos movimentos sociais, são objetivos fundamentais dessas políticas. Na consecução desses objetivos, devem ser organizadas ações que: insiram as organizações da sociedade civil nas atividades do IFPR; busquem parcerias que se traduzam em convênios institucionais; desenvolvam projetos culturais, atividades esportivas e de lazer; e promovam a internacionalização do IFPR.

Diante desta postura é que ações como as realizadas com os quilombolas, casa abrigo, comunidades de bairros, mas também aquelas construídas em parcerias com órgãos e instituições, empresas e entidades, como OAB, ACIPA, Núcleos de Educação, Prefeituras Municipais, SESI, SESC, Exército Brasileiro, entre outros, são potencializadas, atendendo a comunidade local e regional com projetos diversos.

2.5 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Câmpus de Palmas do Instituto Federal do Paraná, com formação ampla, foi



construído a partir da consideração do contexto histórico exposto, das diretrizes legais vigentes, das demandas regionais e do diálogo acadêmico permanente do grupo de docentes que compõem o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante.

Este processo exigiu um esforço muito grande, com leituras, discussões, consultas, busca de subsídios teóricos e legais, realizado a partir das experiências de um grupo de docentes que entende que a Educação Física é um campo profissional tradicional e contraditório existente no Brasil. Sofre, como todos os campos de atuação profissional, os mesmos determinantes próprios de uma sociedade organizada em classes onde a maioria da população não tem acesso aos bens culturalmente produzidos. Está localizada enquanto área de conhecimento em campos que fazem interface com o das ciências da saúde, humanas e sociais, e ciências da terra, e ainda com a filosofia e as artes.

O projeto de curso que o presente documento apresenta apoia-se na tese de formação ampla para o campo da Educação Física, pois dessa forma atende as necessidades sociais e econômicas da região onde o curso se insere, contempla as necessidades de formação humana e respeita os direcionamentos legais para a formação de docentes para a educação básica e para graduação em Educação Física.

No aspecto legal, os instrumentos que dão suporte a proposta são:

- o Parecer CNE/CP nº 09/2001, que orienta as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, nível superior, curso de licenciatura de graduação plena;
- a Resolução CNE/CP nº 01/2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, nível superior, curso de licenciatura de graduação plena;
- a Resolução CNE/CP nº 02/2002 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, formação de professores da Educação Básica em nível superior;
- a Resolução CNE/CES nº 07/2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007



- o Parecer CNE/CES nº 400/2005 consulta sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005.
- o Parecer CNE/CES nº 274/2011 indicação referente à revisão do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Educação Física.
- a Resolução IFPR/CONSUP nº 55/2011 que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.
- O Parecer CNE/CES nº 255/2012 que trata de reexame da consulta sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005.
- A resolução do CONSEPE/IFPR nº/..... que aprovou o PPC ora proposto, para efetiva implantação.

No aspecto da formação humana o projeto do curso tem como alicerce o trabalho como princípio pedagógico, onde o trabalho, por ser criador da vida humana, constitui-se num dever e num direito, um dever a ser socializado, e um direito a ser conquistado, pois permite aos indivíduos o poder de criar, recriar e reproduzir permanentemente sua existência. Impedir o direito ao trabalho, mesmo na forma capitalista de trabalho alienado, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida e a dos filhos.

Frigotto (2013) afirma que formar pelo princípio educativo do trabalho, é formar, numa perspectiva gramsciana, o sujeito omnilateral da técnica à política. Assim, respaldado pela lei, ancorado em princípios sólidos da formação humana, o curso de Licenciatura em Educação Física proposto pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), que prevê a formação ampla, atende a necessidade de reprodução socioeconômica do trabalhador em Educação Física na região, o qual para produzir



dignamente a sua existência precisa aproveitar a amplitude do campo de formação, (educação, lazer, esporte, saúde e comunicação).

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

3.1 HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Educação Física, do Instituto Federal do Paraná, Câmpus de Palmas, iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, a partir da Federalização do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS. Portanto, apesar da história recente enquanto IFPR, apresenta origem em uma história construída por outra instituição. Isto torna necessário um retorno ao tempo da mesma e à sua história, para compreender os processos realizados ao longo deste período, no que tange aos processos formativos por ela realizados, e que desembocaram no cenário atualmente verificado.

O Curso de Educação Física foi criado no ano de 1983, e utilizava inicialmente para as suas aulas práticas, a estrutura de ginásios, pista, campos e piscina existentes no município, pois não possuía, ainda, todas as instalações para seu adequado funcionamento no âmbito da instituição. Ao ser transferido para o local atual, gradativamente, a infraestrutura foi construída para atender aos projetos de formação elaborados pelos coletivos que os pensavam e implementavam.

Era um dos poucos cursos de formação de Professores de Educação Física no interior do Paraná e atendia acadêmicos de uma grande região, desde o noroeste e norte do Rio Grande do Sul, passando pelo centro e oeste de Santa Catarina, oeste e sudoeste do Paraná e o sul do Mato Grosso do Sul.

Ao longo dos 27 anos de funcionamento, formou aproximadamente mil e quatrocentos profissionais, cujo trabalho contribuiu para o desenvolvimento de toda essa grande região, no que se refere à atividade física, principalmente à prática esportiva, nos diferentes campos de atuação profissional. Assim, formou professores de Educação Física para as escolas, academias, clubes, departamentos de esporte, empresas, entidades públicas e privadas, além de trabalhos autônomos na área.



No aspecto curricular a trajetória do curso de Educação Física do UNICS se assemelha a de muitos cursos da área. Surge atrelado ao paradigma da aptidão física e do esporte, adequado as forma sociais de organização da produção e reprodução da vida moderna, nesse sentido os cursos de Educação Física deveriam formar para um corpo, segundo Bracht (1999, p.71). “Alvo das necessidades produtivas (corpo produtivo), das necessidades sanitárias (corpo “saudável”), das necessidades morais (corpo deserotizado), das necessidades de adaptação e controle social (corpo dócil).

Mesmo com algumas alterações curriculares no sentido da inclusão de disciplinas das ciências humanas, sociais e da psicologia, a primazia da formação técnica sobre a política e social não permitiu que o curso superasse o paradigma inicial pautado na aptidão física e no esporte em direção ao paradigma crítico e culturalista.

Ainda neste novo cenário, os candidatos passaram a priorizar o fator econômico, visto os valores de mensalidades praticados pelo UNICS serem, muitas vezes, superiores aos das demais instituições, o que, somado às despesas com deslocamentos resultava em valores incompatíveis com a realidade de grande parte dos candidatos, que passaram a optar, assim, por instituições mais próximas de suas residências e com mensalidades mais baixas. Em decorrência deste fenômeno, a procura pelos cursos de Educação Física daquela instituição diminuiu.

Com a criação do Instituto Federal do Paraná, o fator econômico novamente passa a ser considerado, neste momento no sentido inverso, visto ser uma instituição pública e gratuita, atendendo anseios da comunidade regional e criando condições favoráveis à nova ampliação da área de abrangência do curso de Licenciatura em Educação Física. Somando-se ao fator econômico, a perspectiva de qualificação do projeto e da dinâmica pedagógica do curso, com um corpo docente com possibilidades de expansão gradativa, a proposta de um novo curso de Licenciatura em Educação Física, atendendo aos dispositivos legais vigentes, qualifica seu egresso para atuar nos diversos campos de atuação do professor de Educação Física, seja na escola, seja fora dela, apresenta atrativos suficientes para garantir sua continuidade pela conseqüente ampliação da demanda.

3.2 JUSTIFICATIVA

A reestruturação curricular do curso de Licenciatura em Educação Física ora proposta foi desencadeada a partir do processo de federalização do UNICS, já descrito anteriormente. O fato de o IFPR Câmpus Palmas se constituir na única instituição pública a oferecer o referido curso, de forma gratuita, principalmente para as populações do sudoeste e sul do Paraná, Oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, abrangendo aproximadamente dois milhões de pessoas em um raio de 200 Km, é fator preponderante para a manutenção do curso, e ponto de partida para os ajustes necessários que garantam qualidade na formação técnica, científica e política, que atendam as necessidades socioeconômicas e culturais da região.

Outro fator que justifica a manutenção de um curso de Licenciatura em Educação Física amplo, público e gratuito na região, é a consolidação do trabalho do professor desta área na educação formal, com uma demanda emergente em todos os níveis de ensino da educação básica, não só na região, mas em todo o Brasil. Nesse sentido, os ajustes propostos além de atenderem as diretrizes para a formação docente na Educação Básica atendem também as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004), a Resolução CNE/CP 01/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e a Resolução CNE/CP 02/2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Na mesma direção, justifica-se a existência deste curso em uma sociedade em que o tema da saúde e qualidade de vida se torna cada vez mais importante, pelo papel que cabe ao professor de Educação Física neste contexto, além de outras demandas relacionadas à administração e gestão esportiva e de lazer, ao lazer e recreação, ao atendimento para populações especiais (idosos, obesos, hipertensos, diabéticos, entre outros), e ao treinamento esportivo. Estes dois últimos campos merecem especial destaque, principalmente pelo fato de que o Brasil se aproxima da condição de ser o sexto país com maior número de idosos do mundo, e foi escolhido como país sede de megaeventos esportivos nos próximos anos.



Outro aspecto que justifica os ajustes curriculares e se justapõe à expansão do campo de trabalho e a conseqüente valorização profissional, tanto no meio educacional, como na área da saúde, no esporte, no lazer, é a conseqüente necessidade de formar o profissional com conhecimentos, habilidades e competências amplas, capaz de analisar, criticar, planejar e implementar ações no campo da cultura corporal de movimento que promovam a transformação social e a emancipação humana.

Nesse sentido optou-se por adotar uma formação ampliada, através do curso de Licenciatura em Educação Física, em que essa possibilidade de formação subsidia ao acadêmico o acesso ao conhecimento dos campos de atuação da Educação Física, estendendo suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho, mas principalmente formando um sujeito com um perfil omnilateral que seja capaz de compreender a função social da Educação Física na sociedade moderna e capitalista, independente do campo de atuação em que se inserir.

Essa opção de formação vem de encontro a necessidade de reprodução socioeconômica do trabalhador em Educação Física, pois para sobreviver com dignidade nas regiões onde o curso se insere o egresso precisa ampliar suas possibilidades de inclusão profissional, e essa formatação permite qualificá-lo tanto para atuação na educação formal quanto nas demais áreas inerentes à Educação Física.

Nesse prisma, o curso atende também ao novo marco legal regulatório para a formação de professores de Educação Física destacando-se: a Resolução CNE/CES nº 7 de 31/03/04 que institui diretrizes para o curso de graduação em Educação Física, alterada pela Resolução CNE/CES n.º 07/2007 e as Resoluções CNE/CP nº 01 de 18/02/02 e Nº 02 de 19/02/02, que instituem as diretrizes para a formação de professores para a Educação Básica e determina as suas cargas horárias, respectivamente.

Justifica-se, também, a manutenção do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR Câmpus Palmas, em razão da infraestrutura física existente e que comporta atualmente atividades de extensão e projetos comunitários para atender aos mais diversos públicos (crianças, adultos e idosos), possibilitando aos



acadêmicos em formação as vivências do exercício do papel do professor, com a supervisão dos docentes da instituição.

Nesse sentido, a reestruturação curricular aqui justificada faz parte das proposições de melhorias que estão sendo estruturadas a partir do relatório de avaliação da renovação de reconhecimento realizada em agosto de 2011, no aspecto que tange a organização didática pedagógica.

3.3 OBJETIVOS

O objetivo do Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Câmpus de Palmas é formar professores de Educação Física para atuar em um mundo do trabalho em constante mudança, a partir de uma visão histórico-crítica, como protagonistas da transformação social.

Além desse objetivo amplo, outros fatores são considerados:

- Habilitar professores para o trabalho relacionado à organização, planejamento, administração, avaliação e atuação pedagógica, científica e técnica, além de propiciar uma formação generalista, assegurando ao profissional a atuação e o desenvolvimento de ações político-pedagógicas nas instituições públicas e privadas no que se refere ao atendimento das necessidades sociais em educação, saúde, lazer, esporte e demais temas que possuem como objeto a cultura corporal de movimento.
- Otimizar por meio da associação entre os processos de ensino, pesquisa e extensão, uma aproximação com a comunidade, em que sejam propostos projetos/atividades técnicos e/ou científicos que tenham impacto transformador na realidade atual da sociedade em que se insere, e que contribuam também significativamente para o processo formativo dos acadêmicos.
- Ofertar uma formação que possa ensejar a realização de momentos de aproximação, constatação, coatuação, atuação, reflexão e busca de transformação da realidade profissional, incentivando um exercício de formação para os mais diversificados campos de atuação da área.
- Proporcionar aos acadêmicos a construção de conhecimentos básicos, fundamentados no conhecimento científico, integrando e tensionando teoria e



prática, a partir do conhecimento do homem e da sociedade, do conhecimento científico-tecnológico e do conhecimento do corpo humano e seu desenvolvimento.

- Possibilitar uma formação específica à área da Educação Física, constituída pelo conhecimento didático-pedagógico, conhecimento técnico-funcional e conhecimento sobre a cultura corporal de movimento.

- Criar demanda para cursos de pós-graduação na área da Educação Física, prevista para o ano de 2016, conforme necessidades regionais, principalmente considerando os campos de inserção emergentes, cujos conhecimentos não foram objeto de tratamento no processo de formação inicial dos profissionais que já atuam no mundo do trabalho, atendendo um pressuposto importante dos institutos federais, que é ofertar cursos que efetivem a verticalização do ensino, onde se deve destacar que os profissionais atuantes na Licenciatura em Educação Física também atuarão junto aos cursos propostos no IFPR Câmpus Palmas, assim como nas pós-graduações ofertadas na área educacional e das ciências da saúde.

3.4 FORMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA

O acesso ao Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas será realizado por meio de três instrumentos de seleção de candidatos: através de Processo Seletivo do IFPR normatizado por Edital Próprio, regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em conjunto com o câmpus; seleção de candidatos através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) o qual utiliza as notas do ENEM do ano corrente, e destinação de percentual de vagas para os professores da educação básica, conforme Termo de Acordo de Metas do IFPR e SETEC, através de edital específico. Os percentuais de vagas para cada instrumento de seleção serão definidos anualmente pelo IFPR e aprovados na instância competente. Para ocupação de vaga no curso o candidato deve apresentar documento oficial de comprovação de sua conclusão do Ensino Médio.

O IFPR adota o sistema de cotas para ingresso nos seus cursos, a ser definido em cada ano, tendo, por exemplo: cota social; cota racial, cota para candidatos com deficiência e cota para candidatos indígenas.



Havendo vagas remanescentes, a partir do 2º período do curso, poderão ser oferecidas vagas para transferências internas e externas, mediante a publicação de edital específico com os critérios para este processo.

3.4.1 Bolsas de Pesquisa, de Extensão e de Inclusão Social

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através das Resoluções do CONSUP nº 011/2009 e nº 53/2011.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

- I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
- II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV. Defesa do pluralismo de idéias com reconhecimento a liberdade de expressão;
- V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

São Programas de Bolsas de Estudos do IFPR: o Programa Institucional de Iniciação Científica – PIIC, o Programa de Bolsas de Extensão, o Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, que possui duas modalidades (para alunos do ensino superior e para alunos de nível médio – PIBIC-Jr), o Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PIAP), o Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS, o Programa Institucional de Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador (PIBIN) e o Programa Institucional de Apoio à Aquisição de Equipamentos



para Pesquisa, Desenvolvimento, Extensão e Inovação (PROEQ). Também fazem parte da Política de Apoio Estudantil do IFPR, o Programa de Auxílio Complementar ao Estudante – PACE e o Programa de Apoio a Eventos Estudantis.

O Programa Institucional de Iniciação Científica – PIIC, é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação e integra todos os programas de iniciação científica de agências de fomento. Este programa tem como objetivos despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, propiciar à Instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação, estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artística-cultural, proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, além de contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional. O PIIC do IFPR é regulamentado através da Resolução CONSUP nº 11/11.

O Programa de Bolsas de Extensão tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas a produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local, contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano, promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade, incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino pesquisa e extensão.

O Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS, consiste em oportunizar aos alunos, com vulnerabilidade socioeconômica, remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas, que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da



avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Federal do Paraná (PIBIC/IFPR) é um programa da Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação destinado a alunos do Ensino Superior que tem por finalidade despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos alunos mediante sua participação em atividade de pesquisa orientada por pesquisador qualificado.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-Jr) do Instituto Federal do Paraná é um programa da Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação destinado a alunos do Ensino Técnico Integrado, Subsequente e Concomitante, que tem por finalidade despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais nos alunos mediante sua participação em atividade de pesquisa, orientada por pesquisador qualificado.

O Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PIAP) do Instituto Federal do Paraná é um programa da Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) que tem por finalidade fomentar projetos de pesquisa desenvolvidos no IFPR, bem como custear atividades relacionadas aos mesmos.

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativo-pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos Campi como nas Pró-Reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo que, em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo. A regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social está expressa na Resolução CONSUP nº 64/10.

O Programa Institucional de Bolsas de Incentivo ao Empreendedorismo Inovador (PIBIN) do Instituto Federal do Paraná tem por finalidade estimular o desenvolvimento tecnológico, a inovação, o empreendedorismo e ações de melhoramento de produtos e processos através da inserção de alunos em Programas de Iniciação Científica com foco em Inovação e Empreendedorismo.



O Programa Institucional de Apoio à Aquisição de Equipamentos para Pesquisa, Desenvolvimento, Extensão e Inovação (PROEQ) tem por objetivos: fomentar projetos de pesquisa científica e tecnológica dos câmpus do IFPR que requeiram a aquisição de equipamentos nacionais ou importados para seu desenvolvimento; contribuir para a institucionalização das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFPR; contribuir para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa que, preferencialmente, estejam em articulação com as atividades de ensino, extensão e inovação nesta Instituição; contribuir para o aumento da produção científica, tecnológica e de inovação; contribuir para a melhoria da qualificação de recursos humanos em pesquisa e extensão; estimular a criação e o fortalecimento de grupos de pesquisa no âmbito do IFPR; fortalecer a identidade e estimular as práticas extensionistas nos câmpus do IFPR; fortalecer a cultura e a prática da pesquisa e da extensão entre os servidores do IFPR; contribuir para o estabelecimento de laboratórios de excelência e referência em pesquisa no âmbito do IFPR; disseminar políticas institucionais ligadas à pesquisa entre servidores e discentes do IFPR; fortalecer o processo de interlocução entre Pesquisa e Extensão a fim de ampliar as concepções do que são os espaços e equipamentos necessários a essas ações; estimular a relação do IFPR com os agentes do setor produtivo através da Extensão Tecnológica.

O Programa de Auxílio Complementar ao Estudante - PACE está regulamentado pelas Resoluções da Política de Apoio Estudantil e da Instrução Interna de Procedimentos N° 20/PROENS, de 27/02/2012. O PACE objetiva oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, contribuindo para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão do curso.

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis, por sua vez, consiste em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, através de apoio financeiro ou logístico aos estudantes regularmente matriculados no IFPR para participarem de eventos locais, estaduais e nacionais, de natureza acadêmica, científica, cultural e esportiva. Este programa está



regulamentado através da Resolução 65/2010 e é ofertado através de edital, com inscrições ao longo do ano letivo.

3.4.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso e está regulamentado pela resolução 55/2011 do Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná no seu Capítulo VI.

Em seu artigo 83 o documento citado acima define:

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado por Comissão de Análise composta de professores da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

- I. Correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursados. A carga horária cursada não deve ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR;
- II. Além da correspondência entre as disciplinas, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

Ainda segundo a resolução 55/2011, do CONSUP, o pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Secretaria Acadêmica através de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar, da ementa e do programa do componente curricular, autenticados pela Instituição de Ensino de origem. A Secretaria deve encaminhar os processos à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus em até dois dias úteis. Os pedidos devem ser feitos no prazo estabelecido em Calendário Acadêmico. O estudante deve estar matriculado no componente curricular que solicita o aproveitamento, ou ainda não tê-lo cursado e o resultado do seu pedido não deve ultrapassar a dez dias úteis.

É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino diferentes.



3.4.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

De acordo com a LDB 9394/96 e a Resolução CNE/CEB 04/99 o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Segundo a Resolução CONSUP 55/2011, entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação, com os seguintes direcionamentos:

A avaliação será realizada sob responsabilidade de comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Câmpus, e caberá a esta comissão estabelecer a programação e a supervisão das avaliações, bem como a homologação dos resultados finais.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, ou por iniciativa de professores do curso, quando solicitada pelo estudante o prazo é de até dez dias a contar do início do período letivo, através de formulário próprio entregue à Secretaria Acadêmica do Câmpus.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o Trabalho de Conclusão de Curso, bem como para o Estágio Supervisionado.

3.4.4 Expedição de Diplomas e Certificados

Concluído o curso, o/a acadêmico/a terá outorgado o grau de LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA pelo Magnífico Reitor ou seu representante, podendo, a partir de então, exercer a profissão. A comprovação de titularidade se dará através de diploma, expedido após a cerimônia de colação de grau, mediante o preenchimento de todos os requisitos/as acadêmicos/as previstos para esse fim. Os trâmites



legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica, que atuará com base nos preceitos de seu regulamento.

O diploma relativo à Licenciatura em Educação Física conterà, no anverso, o título geral correspondente ao curso, especificando-se no verso, a habilitação e legislação que o regulamentam (Resolução CNE/CP nº 01/2002 , Resolução CNE/CP nº 02/2002 Resolução CNE/CES nº 07/2004). As novas habilitações, adicionais ao título já concedido, serão igualmente consignadas no verso, dispensando-se a expedição de novo diploma.

O ato coletivo de colação de grau dos concluintes de curso de Licenciatura em Educação Física será realizado em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo reitor. Os/as acadêmicos/as concluintes que não colarem grau na cerimônia de formatura poderão fazê-lo, em dia e hora designados pelo reitor, na presença de, pelo menos, dois professores, em sessão solene realizada em gabinete.

3.5 PERFIL DO EGRESSO

O Licenciado em Educação Física deve ter uma formação humana na perspectiva omnilateral, com uma consistente base teórica, sendo qualificado para o exercício de atividades profissionais que tenha como objeto as atividades corporais e esportivas da cultura corporal, parte importante do patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana entendida como um campo de estudo e ação profissional multidisciplinar, cuja finalidade é possibilitar a todo cidadão o acesso aos meios e ao conhecimento deste acervo na perspectiva da transformação social e compreendido como direito inalienável de todos os povos.

Para tanto, o egresso do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR – Câmpus de Palmas, deverá evidenciar um perfil pessoal e profissional capaz de:

- 1) manter-se atualizado na área de sua formação, não só nos aspectos científicos e tecnológicos, mas também no âmbito comportamental, para compreender as mudanças decorrentes da vida social e produtiva;



2) dominar instrumentos, métodos e técnicas que permitam enfrentar os desafios da profissão, com comportamento ético, atuando como agente de transformação social nos diferentes cenários da prática profissional;

3) intervir com capacidade crítica, criativa, reflexiva e analítica nas questões relativas ao exercício profissional e ao contexto sócio-econômico local, regional e nacional;

4) apreender a dinâmica cultural e seus processos de inovação científica e tecnológica, visando atuar adequadamente em relação ao conjunto de significados que as constituem;

5) implementar práticas democráticas e éticas nas relações sócio-profissionais;

6) ter iniciativa empreendedora, planejando e desenvolvendo projetos públicos ou privados, compartilhando responsabilidades, informações e conhecimentos de interesses coletivos;

7) reconhecer e valorizar o outro, a partir das interdependências das relações sociais que expressam o movimento uno e diverso das identidades pessoais e heteropessoais, no respeito e tolerância ao pluralismo das manifestações éticas, estéticas, culturais, de gênero, rejeitando e resistindo a qualquer forma de discriminação ou de exclusão social.

A partir disso entende-se que o egresso deverá atuar de forma crítica, participativa e autônoma, com competência política, filosófica, técnica, ética, pedagógica, científica e lúdica.

Deverá, também, ser agente multiplicador de ações educativas que possam contribuir no enfrentamento dos problemas sociais e na otimização de possibilidades para ampliar, diversificar e democratizar o campo da Educação Física escolar, transformando a realidade pessoal, social e cultural, com conhecimento diversificado, atendendo às peculiaridades de demanda do mundo do trabalho.

Para dar cumprimento a este perfil, deve saber planejar, organizar, administrar, avaliar e atuar pedagógica, científica, ética e tecnicamente no âmbito atual e emergente do movimento humano/esporte e lazer, buscando qualidade política e qualidade formal em suas intervenções, produzindo, socializando e articulando conhecimentos teórico-práticos de diversas áreas de conhecimento.



Deve estar, portanto, atento ao constante aperfeiçoamento do saber e articulação do ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática profissional.

3.5.1 Áreas de Atuação do Egresso

A Educação Física é um campo profissional tradicional e contraditório existente no Brasil. Sofre, como todos os campos de atuação profissional, os mesmos determinantes próprios de uma sociedade organizada em classes onde a maioria da população não tem acesso aos bens culturalmente produzidos. Está localizada enquanto área de conhecimento em campos que fazem interface com o das ciências humanas e sociais, saúde e ciências da terra, com a filosofia e as artes.

Atendendo às Diretrizes contidas no Parecer CNE/CES nº 776/97, nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002, CNE/CP nº 02/2002 e CNE/CES nº 07/2004, e demais textos legais relacionados à formação de professores de Educação Física, o egresso do curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR poderá atuar tendo como objeto a cultura corporal: 1) na Educação Básica, em todos os níveis e modalidades de ensino; e 2) no contexto não-escolar, em atividade física e saúde, organização e gestão no esporte e lazer, atividades físicas para populações especiais, lazer e recreação e treinamento esportivo. Poderá, ainda, atuar em atividades de pesquisa, produção de material técnico/pedagógico, consultoria, edição de revistas ou periódicos especializados, relacionados a sua formação.

No entanto, para além da relevância e da legalidade, a legitimidade da Educação Física como agente de transformação social se dará a partir do enfrentamento da contradição onde, um bem cultural, produzido historicamente, portanto, um patrimônio cultural da humanidade, tenha sua socialização restrita a determinadas classes sociais. Nesse sentido, o egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR Câmpus Palmas, tem como principal área de atuação, para além dos espaços que a lei lhe garante, a transformação social, através da socialização irrestrita e igualitária da cultura corporal de movimento, direito de todos os cidadãos independente de classe, etnia ou qualquer restrição social.



3.5.2 Acompanhamento de Egresso

Uma das propostas de Acompanhamento de Egressos do Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná, Câmpus Palmas, está vinculada aos trabalhos do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Educação Física – GEPFEF, cujo objetivo principal é aproximar os egressos, possibilitando-lhes socializar com a comunidade acadêmica, e principalmente com os acadêmicos em formação, suas experiências profissionais sistematizadas naquilo que Gauthier (2006) chama de “saberes da ação pedagógica”.

Além desta, outras ações tem o propósito de acompanhar os egressos em sua vida profissional, como a criação de comunidades nas redes sociais, que possibilita o intercâmbio de conhecimentos e a construção coletiva, desde eventos até ações de formação continuada.

Da mesma forma, institucionalmente, através do banco de dados centralizado na secretaria acadêmica, por seu sistema de registro e controle, que poderá ser alimentado de informações advindas dos demais processos. As informações básicas dos acadêmicos, após a conclusão do curso, necessitam ser atualizadas, mediante a criação de um canal de comunicação, seja no site do IFPR, seja colhendo-as através do uso das redes sociais. Esta atualização possibilitará detectar demandas específicas de formação continuada por parte dos egressos, bem como aproximá-los dos acadêmicos com suas experiências de ação docente.

Poderão ser efetuadas, a critério da coordenação de curso, avaliações parciais internas, que visem a melhoria das condições e andamento do curso.

3.6 PERFIL DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Câmpus de Palmas foi construído a partir das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de formação de professores e se orienta por princípios educacionais



atualmente discutidos no ensino superior e assumidos pela instituição, com vistas ao atendimento do perfil de egresso que se propõe a formar.

O Curso é noturno e tem um período mínimo de integralização de oito semestres e um máximo de quatorze semestres, sendo oferecidas 40 vagas anuais, contemplando as cargas horárias determinadas pela Resolução CNE/CP nº 02 de 2002, e CNE/CES nº 07/2004, com 3507 horas/relógio, estruturadas com vistas a uma formação integral. Poderão haver até 8 (oito) aulas no período vespertino, em cada semestre.

Esta formação tem como eixo articulador o estágio curricular supervisionado e a prática enquanto componente curricular a serem instrumentalizados de forma refletida por meio das práticas de ensino, integradoras dos diversos componentes curriculares, garantindo unidade e sequência lógica ao curso, justificando a presença de cada componente curricular por meio de sua integração com os demais.

O perfil almejado compreende, portanto, a própria concepção de formação humana e profissional entendida como processo amplo de preparação científica, pedagógica, moral, ética, estética, política e técnica para responder às demandas e reivindicações sociais, de produção do conhecimento e de formação continuada, em termos de atualização para o exercício profissional, considerando as modificações conjunturais/estruturais que se exprimem nas demandas postas à profissão e exigem respostas.

O curso de Educação Física, ainda sob a manutenção do UNICS, foi autorizado pelo Decreto 89.186 de 16/12/1983, publicado no DO de 19/12/1983 e foi reconhecido pela Portaria de Reconhecimento 137/87, de 10/03/1987, publicada no DO de 11/03/1987. Teve seu reconhecimento renovado pela primeira vez pela Portaria 3.273, de 27/11/02, publicada no DO 231, de 29/11/2002, e um segundo processo de Renovação de Reconhecimento que culminou com a publicação da Portaria 1.278, de 17/05/2004, encontrada no DO 94 de 18/05/2004. A Renovação de Reconhecimento deve respeitar os ciclos avaliativos e, frente a isto, os trâmites para a Renovação do Reconhecimento iniciaram-se em 11/08/2008. Entretanto, com o processo de federalização do Centro Universitário Católico de Palmas, que mantinha o curso, este processo permaneceu parado, reiniciando-se uma vez estabelecido o Instituto Federal do Paraná, Câmpus de Palmas. A transferência do



UNICS para o IFPR se deu através da resolução 19/10 CONSUP/IFPR, retificada pela resolução 154/2011, do CONSUP/IFPR.

O processo de construção do atual Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física tem por base legal as Resoluções CNE/CP nº 01/2002, CNE/CP nº 02/2002 e CNE/CES nº 07/2004, alterada pela Resolução CNE/CES nº 07/2007, em consonância com a LDB 9.394/96. E é respaldado pelo Parecer CNE/CES n.º 400/2005 e pelo Parecer CNE/CES n.º 274/2011. Compreende-se, a partir das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, que a formação, em nível de graduação, supõe certo tipo de conhecimentos, habilidades e competências, capazes de fortalecer a unidade teórico-prática dessa formação inicial. Parte-se do pressuposto de que, em qualquer dos campos de atuação, será sempre um professor de Educação Física que estará atuando, a partir de saberes, conhecimentos, competências e habilidades comuns a todos eles, como formação geral, e outros que conferem a especificidade a cada campo, com seus aprofundamentos historicamente construídos.

Os pressupostos curriculares indicam a necessidade de buscar uma formação geral sólida e articulada aos diferentes tipos de aprofundamentos naquelas áreas consideradas fundamentais para o exercício profissional, favorecendo a construção de um PPC que articule diferentes abordagens das ciências humanas, contribuindo para a ação e reflexão da prática pedagógica.

3.6.1 Princípios Norteadores

A construção deste Projeto Pedagógico de Curso ocorreu a partir dos referenciais curriculares propostos pela legislação educacional, em especial pelos indicadores encontrados no parecer nº 776/97, consonantes com a LDB nº 9394/96. Desta forma, parte-se do entendimento de que a formação do Licenciado em Educação Física deve supor saberes, conhecimentos, habilidades e competências, que apontem para o fortalecimento da unidade teoria-prática na formação inicial.

Os pressupostos curriculares indicam a necessidade de uma sólida formação geral articulada a diferentes tipos de aprofundamentos em áreas específicas demandadas para o exercício profissional. Estes indicativos



encaminham a construção de um projeto pedagógico que pressupõe articulações entre diferentes abordagens das ciências humanas, contribuintes do processo de ação-reflexão-ação sobre a própria prática pedagógica.

Esta prática também será subsidiada pelos saberes produzidos nas abordagens das ciências naturais, imprescindíveis para a intervenção pedagógica ao considerarem os sentidos elaborados com base nos saberes advindos das humanidades, pois todas as ciências são humanas, portanto, práticas sociais orientadas pelos sentidos nela impressos no seu processo de construção sócio-histórica.

A formação básica, articulada aos elementos norteadores do aprofundamento, aponta uma integralização de proposta curricular que garanta “uma sólida formação básica e aplicada à tradição da cultura do movimento, em estreita vinculação com o campo definido de aplicação profissional” (COESPE-EF, 1998, p.43).

As Diretrizes Curriculares enfatizam a articulação das disciplinas que compõe o núcleo do Conhecimento Identificador de Área com as disciplinas do núcleo de Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento. Isto evidencia a compreensão da indissociabilidade do movimento teórico-prático que funda as respectivas disciplinas. Desta forma, a teoria será permanentemente confrontada com o concreto social da prática profissional.

A formação de professores de Educação Física implica compreender que a vinculação teoria-prática se manifesta a partir do trabalho docente, visto que será um professor que estará atuando e que, metodologicamente, buscará mediar o processo de construção de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Para tanto, os conteúdos disciplinares são os resultantes dos conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos enquanto expressão de produções culturais.

A perspectiva interdisciplinar, decorrente da própria concepção das Diretrizes Curriculares onde amplia as possibilidades para “ler” o real e interferir sobre ele. Assim, o diálogo interdisciplinar evidenciará que, embora sujeitos falem de pontos de vista diferentes, estes diferentes olhares sobre o real são confrontados, construindo novas formas de intervenção sobre o mesmo (BAKHTIN, 1982).



Assim, o campo disciplinar de formação básica tem o compromisso de vivenciar a orientação científica no campo do conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, desenvolvendo saberes, conhecimentos, habilidades e competências e promovendo um contínuo diálogo com a formação específica, que, por sua vez, aprofundará o estudo das diferentes manifestações da cultura corporal.

A formação básica e a formação específica se constituem em movimentos de sínteses interdisciplinares, ou seja, "a interdisciplinaridade, enquanto princípio norteador de comunicação entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a denominador comum, mas elemento teórico metodológico da diferença e da criatividade" (ETGES, 1993, p. 79).

O aprofundamento na Licenciatura tem a especificidade de aprofundar a formação em um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências definidas para a aplicação profissional, estudando os princípios unificadores do planejamento, da execução, da orientação e da avaliação para o trabalho docente.

Projetar a formação deste professor de Educação Física pressupõe compreender o processo de ensino e aprendizagem a partir das teorias críticas da educação, que buscam refletir sobre a contribuição da Educação Física e sua dimensão prática, no desenvolvimento dos alunos. Parte-se do entendimento de que o campo de conhecimento da Educação Física:

ampliou a visão de uma área biológica, reavaliou e enfatizou as dimensões psicológicas, sociais cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. Abarcaram objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento) (PCN, MEC/SEF, 1997, p. 23-24).

A formação de professores requer um tipo de formação centrado na articulação de diferentes teorias pedagógicas, psicológicas, sociológicas, biológicas e concepções filosóficas, que contribuem para os campos de ação e reflexão para a área da Educação Física, buscando integrar as múltiplas dimensões do ser humano.

Compreende-se que a Educação Física tem como princípios fundantes as manifestações da cultura corporal, contemplando múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pelas sociedades com finalidades de lazer, expressão de



sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde (PCN, 1997).

As propostas para o ensino da Educação Física requerem um tipo de trabalho docente capaz de sistematizar situações de aprendizagem que ofereçam aos alunos possibilidades de apropriação de diversas manifestações da cultura corporal, seja nas manifestações de jogo, esporte, dança, ginástica e luta, enquanto instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura.

Também é necessário considerar, para o trabalho docente, que as dimensões cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social dos alunos, devem estar presentes no ritual pedagógico.

3.6.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A permanente relação entre ensino, pesquisa e extensão é uma das características essenciais do ensino superior e deve se constituir em compromisso das instituições que se propõem a formar profissionais para toda e qualquer área do conhecimento.

Todo e qualquer curso de formação superior, assim como o processo educacional em sua totalidade, deve servir para compreender e transformar a realidade e não para perpetuar condições concretas, muitas vezes desfavoráveis.

A centralidade do ensino é decorrente justamente do fato dele acontecer em um contexto determinado. Para se ter claro o que ensinar, é preciso compreender este contexto, em suas demandas e possibilidades, o que só é possível mediante a pesquisa, aproximando-se do mundo real no qual se deverá atuar.

A formação no ensino superior se determina pela compreensão de que a pesquisa é um processo permanente de investigação:

- 1) prática: pois se caracteriza pela experiência prática do sujeito que se relaciona permanentemente com o objeto pesquisado;
- 2) histórica: pois resulta do trabalho constante feito pelos homens através dos tempos;
- 3) social: pois incorpora a complexa trama das relações dos homens com seus pares, na luta incessante pela busca do conhecimento.



A pesquisa, enquanto processo metodológico de formação no curso de Licenciatura em Educação Física, supõe objetivar um trabalho rigoroso de estudo e diagnóstico da realidade do campo de atuação da Educação Física, mais especificamente nas regiões sul e sudoeste paranaense e oeste catarinense. Para tanto, as disciplinas curriculares desenvolverão, de forma interdisciplinar, a partir de eixos articuladores temáticos horizontais e verticais, projetos de pesquisa que contemplarão os conteúdos trabalhados, para que, numa investigação prática, histórica e social, o licenciado incorpore um domínio de competências técnico-instrumentais, com base numa postura crítico-reflexiva, capaz de intervir coerente e consistentemente no contexto histórico-cultural em que está inserido.

Entretanto, o ensino e a pesquisa, se não se refletirem em transformação social, com vistas a melhorar as condições concretas de existência, acabam por esvaziar-se, não sendo reconhecidas e valorizadas. Isto é possível através de atividades de extensão, nos quais os muros que separam a instituição do contexto social mais amplo deixam de existir e as relações de troca se tornam mais fortes.

Para tanto, as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelo curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Câmpus de Palmas, devem ser socializadas à comunidade regional, através das atividades de extensão. A produção científica e o desenvolvimento de metodologias de ensino inovadoras, por exemplo, dependem muito das possibilidades que se apresentam para, através do permanente tensionamento teórico-prático proporcionado pelas atividades e práticas extensionistas, para além dos estágios curriculares, aperfeiçoá-las e corrigi-las.

3.6.3 Estratégias Pedagógicas

A proposta pedagógica considera o movimento teórico-prático como elemento articulador das áreas de conhecimento e, nesse entendimento, o encaminhamento metodológico é resultado dessa concepção.

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Câmpus de Palmas busca, em seu processo formador, tematizar os conhecimentos relacionados à cultura corporal, numa perspectiva teórico-prática,



resgatando a historicidade das diferentes sociedades, ampliando os referenciais de mundo do educando e favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades.

O trabalho docente, na dimensão teórico-prática, oportuniza a realização de atividades em que o educando identifica seu meio social e cultural, as transformações ocasionadas pelo trabalho do homem, suas consequências e as determinações históricas que ocasionaram as transformações. Essa reflexão e ação, de nível teórico e prático, possibilitam ao aluno situar-se num determinado tempo e espaço social, tomando consciência de sua corporeidade nas dimensões cognitivas, afetivas, éticas, estéticas, de relação interpessoal e de inserção social.

Trata-se, então, de trabalhar o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta, entre outros, além dos benefícios fisiológicos e psicológicos delas decorrentes, em suas reais possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação, expressão, saúde, lazer e cultura.

Ao tratar-se da formação deste Licenciado em Educação Física, o enfoque teórico-prático permite uma melhor compreensão do contexto de intervenção em que o futuro profissional estará se inserindo. Em síntese, a relação teoria-prática pressupõe trazer a prática social como direcionadora da prática pedagógica, recuperando-se a necessária unicidade dialética teoria-prática.

Assim, os conhecimentos de que o licenciado necessita para o exercício da sua profissão, especificamente na área da Educação Física, devem articular os conhecimentos pedagógicos aos demais conhecimentos afetos à área.

Desta forma, o Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, aponta os Estágios como o “centro” em torno do qual todo o processo de formação é pensado, organizado e conduzido. Os estágios são realizados a partir do quinto período, e se constituem em um momento caracterizado pelo tensionamento teórico-prático, possibilitando ao acadêmico a compreensão dos papéis a serem desempenhados pelo professor de Educação Física nos diferentes contextos de intervenção.

Desta forma, o conjunto de componentes curriculares deve ter como pano de fundo de sua dinâmica, o contexto no qual o egresso irá atuar, apresentando-o gradativamente em sua complexidade, para que o papel de um professor



pesquisador crítico-reflexivo seja apreendido e assumido, no decorrer do processo, pelos acadêmicos.

As diretrizes curriculares para a formação de professores, expressas nas resoluções ME/CNE nº 01 e nº 02 de 2001, e ME/CES nº 07/2004 preveem que os estágios, com um mínimo de 400 horas, sejam realizados a partir da segunda metade do curso, e se refletem nas Diretrizes de Estágios do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR, Câmpus Palmas (anexo I).

Estas Diretrizes apontam os marcos legais e conceituais dos Estágios, que se caracterizam como momento de tensionamento teórico-prático indispensável para uma sólida formação profissional. Estabelecem os contextos de inserção dos estagiários bem como os procedimentos a serem realizados a cada momento e os papéis de cada um dos envolvidos no processo.

Apontam, ainda, para a necessária articulação com os demais componentes curriculares, que devem, por um lado, subsidiar as reflexões e decisões relacionadas ao processo, e por outro lado, "alimentando-se" das diversas situações reais, como potencializadoras do debate acadêmico.

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná, Câmpus de Palmas, atento às discussões atuais em torno do Ensino Superior e às diretrizes para a formação do professor de Educação Física, que apontam para a interdisciplinaridade como princípio orientador do processo formativo, procurou construir uma proposta que permitisse aproximar/integrar os componentes curriculares de cada período do curso, bem como cada período entre si, permitindo aos acadêmicos e aos próprios professores uma visão de totalidade quanto à dinâmica de formação em que estão envolvidos.

Situando e subsidiando o acadêmico para as suas decisões, ao longo do curso, os diversos componentes curriculares serão articulados pelas Práticas Curriculares, em torno das quais a identificação dos conhecimentos, saberes, competências e habilidades de um professor serão vivenciadas. Estas práticas se constituem em momentos de estabelecimento de "pontes" entre os conhecimentos apresentados, discutidos, refletidos, sistematizados, apreendidos no âmbito de cada um dos componentes curriculares e o contexto "real".



Este movimento deve ocorrer considerando o conjunto de componentes curriculares que constam na matriz do curso para cada um dos períodos, cujos campos se interpenetram e complementam. Pensou-se, assim, em uma proposta centrada no processo a ser desenvolvido nos primeiros quatro semestres, que tenha momentos de culminância que permitissem análise, discussão, reflexão, avaliação, socialização e reconstrução de saberes e conhecimentos. Ela é estruturada de maneira que os componentes curriculares “dialoguem” e estabeleçam constantemente as relações entre si, evidenciando suas implicações/interligações. Esta articulação será realizada no âmbito dos componentes curriculares Prática de Ensino I, II, III e IV, servindo como importante subsídio ao desenvolvimento dos estágios, que ocorrerão nos semestres seguintes do curso, propiciando a associação entre estas estratégias de qualificação do discente.

Nessa proposta, o conjunto de docentes definirá os textos básicos e textos de apoio, cujas leituras deverão remeter às relações que se estabelecem nas práticas associando os diferentes componentes curriculares. Cada professor desenvolverá os conteúdos sem perder de vista o contexto mais amplo que a cerca e que justifica a sua existência dentro do curso. Atividades de observação, de entrevistas com professores, alunos, pais, gestores e comunidade, filmagem de aulas/atividades, análise de fatos e fenômenos, entre outras formas a serem elaboradas e sistematizadas, possibilitarão a melhor compreensão do papel do professor por parte do acadêmico em formação.

A sistematização e socialização dos conhecimentos e das experiências vivenciadas, em momentos específicos, enriquecerão o processo, pelo caráter de construção coletiva que o cerca.

Este percurso será registrado, relatado, sistematizado e socializado, permitindo avaliações e reconstruções com vistas à sua ampliação e aprofundamento. As estratégias para o registro, relato e sistematização deverão advir das discussões de cada um dos grupos. A socialização se dará através de ações envolvendo docentes e discentes, como seminários, painéis, comunicações, eventos e elaboração de material didático.

Por sua vez, os docentes de cada período, articulados pelas Práticas Curriculares (dispostas nas disciplinas Práticas de Ensino I a IV), discutirão seus



encaminhamentos metodológicos pensando no todo do processo de formação, estabelecendo os vínculos entre os conhecimentos afetos à sua disciplina com os conhecimentos das demais e com as demandas postas socialmente ao profissional que está sendo formado. Desta forma, o curso assume o caráter de verdadeira “construção coletiva” do processo de formação, saindo da lógica da formação fragmentada, compartimentalizada, que já deu mostras de ineficiência e ineficácia.

Ainda, os docentes terão como momento de culminância a realização de seminários, nos quais cada um apresentará a sua disciplina a partir do que foi trabalhado ao longo do semestre, em forma de relato de experiência. Por sua vez, os acadêmicos dos diferentes períodos apresentarão os resultados do processo através de painéis, pôsteres, comunicações orais, mostras, encenações, produção de textos, artigos, eventos e outros.

Pretende-se, ainda, envolver os professores de Educação Física, egressos ou não do curso, que atuam no contexto regional, possibilitando-lhes partilhar seus conhecimentos reaproximando-se e articulando-se com a instituição, o que pode se constituir em um importante meio para a formação continuada dos mesmos.

Outro enfoque relevante é o processo avaliativo conjunto a ser realizado ao longo de cada semestre, pelo coletivo de professores articulados em torno dos diferentes eixos, mediante a elaboração de instrumentos similares ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE. As questões construídas pelos docentes devem refletir situações e contextos cotidianos de um professor de Educação Física, sobre os quais o acadêmico deve exercitar sua interpretação, análise, reflexão, compreensão e tomada de decisão. Desta forma, amplia-se o horizonte avaliativo e aproxima-se do real de um profissional da área.

Desta forma, o processo de formação se configura em um desenho de espiral ascendente em que, a cada momento, novos conhecimentos, saberes, competências e habilidades são apreendidos pelo acadêmico, dando suporte para avançar na busca de outros, ampliando gradativamente, e com a necessária consistência, a sua condição de prosseguir no processo com a qualidade desejada.

Quanto aos componentes curriculares, devem ser pensados tendo sempre como pano de fundo o concreto real no qual o egresso irá atuar, procurando tornar, permanentemente, significativos os conhecimentos e saberes abordados. Assim, a



pedagogia histórico-crítica (GASPARIN, 2009) se constitui em um caminho possível em que a prática social inicial é reconhecida, servindo de base para o necessário tensionamento teórico-prático, estabelecendo a problematização e instrumentalizando o acadêmico para ele construa uma nova forma de entender a realidade na qual está inserido e possa intervir nela estabelecendo uma nova prática social.

Este processo exige o diálogo permanente entre o corpo docente, pensando e planejando coletivamente as ações pedagógicas, bem como com a realidade em constante transformação e para a qual se está formando os professores. Este processo exige a desconstrução de conceitos arraigados no processo de formação dos próprios docentes, a humildade de partilhar limites e possibilidades para reconstruir-se e a coragem de buscar novas formas de fazer.

Essa proposta poderá ser ampliada, ajustada, alterada, complementada, modificada a partir das discussões suscitadas no decorrer do processo, sempre submetendo às instâncias deliberativas e dados os encaminhamentos necessários. Contempla-se desta forma, dentre outras, a necessária flexibilidade de uma proposta curricular.

3.6.4 Atendimento ao Discente

Os discentes são atendidos, no que se refere aos aspectos pedagógicos, pelos docentes do curso, em horários destinados como de Apoio ao Ensino, e pela equipe pedagógica institucional, no que se refere às dificuldades de aprendizagem e outras situações que interfiram no processo de formação.

Ainda, os discentes recebem apoio psicopedagógico ao longo do curso, por meio de psicólogo institucional, na busca de dar soluções aos conflitos surgidos no decorrer do processo formativo.

Com relação à assistência social, a destinação de Bolsas de Inclusão Social e Aprendizagem Colaborativa se constituem em algumas das estratégias para viabilizar aos discentes às condições necessárias para o aproveitamento da formação de qualidade. Somam-se a estes procedimentos as indicações para estágios e empregos, com vistas a amenizar as dificuldades, principalmente de



ordem econômica que poderiam inviabilizar a permanência dos discentes na instituição.

Um outro aspecto relevante se refere ao nivelamento ofertado em condições especiais, visto a dificuldade dos discentes em algumas áreas, como comunicação e matemática, decorrentes de uma formação deficitária no Ensino Básico. Estas atividades são desenvolvidas de acordo com as demandas e em momentos diferentes dos horários de aulas, com docentes preparados para desempenhar esta tarefa.

Com esta mesma perspectiva, os aspectos psicomotores dos acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Física do IFPR, Câmpus Palmas, necessitam de um nivelamento, tendo em vista as diferenças individuais, principalmente no que se refere ao acervo motor com o qual ingressam no curso, fruto de uma história com maior ou menor aproximação com as atividades físico-esportivas ou rítmico expressivas.

3.6.5 Educação Inclusiva

A preocupação com a inclusão se reflete no curso sob dois aspectos: 1) na matriz curricular, na qual encontramos componentes curriculares específicos que instrumentalizam o futuro professor para atuar de forma inclusiva; e 2) pelas ações institucionais com vistas a inclusão da comunidade, adequando acessos, equipamentos e instalações para o uso por pessoas com deficiências e populações especiais.

No sentido da Matriz Curricular encontramos componentes curriculares como Educação Física para Pessoas com Deficiência, Atividade Física para Populações Especiais e o Estágio II, que inclui o trabalho em Educação Física para Pessoas com Deficiência e o estágio IV, que prevê a interação com Populações Especiais. Também, em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e considerando as demandas de formação, está contemplado o componente curricular Libras em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005.

Por sua vez, a instituição busca promover a inclusão ao cumprir com o expresso no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei



nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

3.6.6 Integração com a Pós-Graduação

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná, Câmpus de Palmas, está estruturando seus projetos de pós-graduação *lato sensu* que atendam a demandas específicas postas pelos profissionais da área em sua região de abrangência. Foram verificadas inicialmente necessidades no que se refere à preparação para o trabalho com pessoas com deficiência, bem como relacionadas ao planejamento em Educação Física escolar, à Gestão de Eventos Esportivos e de Lazer e Saúde Coletiva.

Além destas propostas, cursos específicos de aperfeiçoamento e atualização, dentro do programa FIC (Formação Inicial e Continuada) e PRONATEC (Programa Nacional de Educação Tecnológica), poderão ser ofertados a partir de demandas levantadas em decorrência das pesquisas de demanda desenvolvidas no âmbito da instituição ou trazidas pela comunidade.

3.7 AVALIAÇÃO

A avaliação é um importante elemento para o acompanhamento dos processos desenvolvidos no âmbito do Instituto Federal do Paraná - Câmpus de Palmas, visto ser por intermédio das ações relacionadas a ela que se verificam os desvios de rota e se promovem os ajustes necessários, bem como se tem maior clareza em se atingir os objetivos propostos.

Os processos avaliativos do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal do Paraná - Câmpus de Palmas, obedecem às políticas avaliativas expressas no Projeto Político Pedagógico Institucional e que se refletem nos relatórios de avaliação institucional, sendo o primeiro deles realizado no ano de 2010, cujos resultados estão expressos em relatório próprio.



Ainda, atendem aos dispositivos legais emanados das instâncias superiores e do próprio Instituto Federal do Paraná, na busca de conhecer-se e encaminhar decisões.

3.7.1 Avaliação da Aprendizagem

O processo de avaliação é entendido como uma prática pedagógica inerente ao ensinar aprender e essencialmente humana. É um julgamento sobre uma realidade concreta, sobre uma prática, a partir da definição de critérios para posterior tomada de decisão e juízo de valor.

É um procedimento que inclui opções, escolhas, ideologias, auto-estima, respeito à vivência e cultura própria do indivíduo, filosofia de vida, sentimentos, crenças, percepções, posições políticas, pontos de vista, imagens e representações. O processo de ensino-aprendizagem possibilita tornar os alunos sujeitos e construtores de sua história. Ao educador coloca-se a necessidade de construir políticas e práticas que considerem essa diversidade e que estejam comprometidas com o êxito escolar.

A avaliação da aprendizagem, necessariamente, passa pela avaliação constante da prática educacional, pois é um meio e não um fim em si mesma, que se estabelece pela teoria e pela prática (LUCKESI, 2002).

Uma das características mais importantes da avaliação educacional, é que o avaliador é, ao mesmo tempo, o responsável direto pelo processo que avaliará. É o próprio professor, que trabalha com os alunos, quem os avalia: não uma pessoa qualquer ou um técnico especializado. Isso implica que se pense a avaliação em sala de aula como uma atividade contínua e integrada às atividades de ensino, algo que é decorrente dessas atividades, inerente à elas e a seu serviço. O ensinar e o aprender associados à pesquisa e a extensão são construções conjuntas e contínuas, complementando-se e a avaliação perpassa todo esse processo.

Fundamentado nesses conceitos, o IFPR Câmpus Palmas acredita na avaliação escolar como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social. Uma avaliação transformadora necessita ser emancipatória.

Neste sentido, a avaliação escolar deve estar relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar. Por se tratar de uma prática educativa libertadora, que visa à transformação e à emancipação, a avaliação deve ter claros os seus objetivos e métodos, para que não seja um processo isolado, mas sim, intrínseco à prática educativa. Desse modo, o IFPR Câmpus Palmas estabelece como paradigma a avaliação formativa de caráter emancipatório. Saul (2001, p. 61) defende que "a avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la". A autora acrescenta ainda que essa proposta de avaliação

[...]está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam sua 'própria história' e gerem suas próprias alternativas de ação. (SAUL, 2001, p. 61).

A principal finalidade da avaliação é garantir a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento. Esta nova concepção exige uma mudança de postura do professor. O centro de preocupação do professor não estaria vinculado à nota, mas sim à aprendizagem dos alunos, desta forma o papel do professor seria de diagnosticar, investigar, tomar decisões, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno, estabelecer um diálogo educador-educando, analisando o contexto da aprendizagem. Procurando, portanto, avaliar para que o aluno aprenda mais e melhor, propondo, inclusive, estratégias diversificadas de recuperação paralela de conteúdos.

A avaliação, nesta perspectiva, "está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do auto-conhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real" (SAUL, 2000, p. 61). Estaria, portanto, iluminando o caminho da transformação.

Além disso, esse paradigma vê na avaliação uma possibilidade de emancipação para os envolvidos no processo educativo. Isso porque,

acredita que esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção as suas ações nos contextos em que se situa, de acordo com os valores que eleger e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade. (SAUL, 2000, p. 61):



Cabe ressaltar que os conceitos básicos envolvidos nessa proposta, em conformidade com Saul (2000), são: a emancipação, a decisão democrática, a transformação e a crítica educativa.

Nesta perspectiva a avaliação deixa de ser vista como mensuração, descrição ou julgamento assumindo um caráter formativo. Avaliador e avaliado são vistos como sujeitos da avaliação. O primeiro é responsável pela organização do processo e o segundo é entendido como co-autor e, portanto, com participação ativa na implementação, interpretação e nas decisões relacionadas à avaliação. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional, gerem suas próprias alternativas de ação. Assim,

O contato pedagógico pretensamente cultivado em aulas copiadas é substituído pela orientação, por intermédio da qual o professor exerce a influência fecundante da conquista da autonomia por parte do aluno. Este não é chamado para ouvir, copiar, fazer prova, ser discípulo, mas construir caminho próprio. (DEMO, 1995, p. 105).

O processo ação/reflexão/ação deve permear a organização do trabalho pedagógico visando alicerçar a dualidade teoria-prática que precisa estar revestida pelo pensar e agir crítico buscando aprimorar seu trabalho, rever métodos, estabelecer novos objetivos e, desta forma, alcançar melhores resultados. Conforme afirma Vasconcellos (2003), a preocupação do professor não está, pois, em “como gerar nota”, mas, fundamentalmente, em “como gerar aprendizagem”.

A formação profissional do acadêmico, parte dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida e das experiências vividas, agregados ao conhecimento cientificamente produzido e sistematizado nas instituições de ensino. Conforme afirma Luckesi (2002, p. 20):

O educador, servindo-se de diversos instrumentos, auxilia o educando a assimilar a herança cultural do passado, para, ao mesmo tempo, incorporá-la e superá-la, reinventando-a. Ao aprender, assimilamos a herança cultural do passado e, ao mesmo tempo, adquirimos recursos para superá-la e reinventá-la. O educador, em sua ação, serve a esse processo. É no seio desse papel de mediador vivo do processo de formação do educando que o educador pratica atos avaliativos e, então os seus atos são éticos e necessitam de ser regidos por uma ética; são atos que tem uma finalidade e, por isso, assentam-se em valores, que dão sua direção.



A avaliação da aprendizagem no IFPR câmpus Palmas, observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 e a portaria nº 120 do Instituto Federal do Paraná, tendo em ambos os documentos seus fundamentos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), afirma que a avaliação do rendimento escolar do aluno deve ser contínua e cumulativa, predominando os aspectos qualitativos e prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do período sobre eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem envolve os seguintes processos de avaliação:

I. Diagnóstica: detecta o nível geral de conhecimento dos alunos, suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las;

II. Formativa: é interna ao processo, contínua, interativa e centrada no aluno através de um diagnóstico individualizado; reavalia todas as etapas do processo ensino-aprendizagem acompanhando a aquisição do domínio dos conteúdos e competências;

III. Somativa: avalia os objetos e competências pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagens e rendimento dos alunos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para a próxima etapa.

Assim, os meios para a operacionalização da avaliação serão: seminários, trabalhos individuais e em grupos, testes escritos e/ou orais, demonstração de técnicas em laboratórios, exercícios, dramatizações, apresentação de trabalhos de iniciação científica, artigos científicos, portfólios, resenhas, auto-avaliação, Trabalhos de Conclusão Curso, entre outros.

Também serão avaliadas e consideradas dimensões humanas como a ética, a iniciativa, a valorização do ser humano, a assiduidade, a participação, a relação interpessoal e a solidariedade.

As avaliações e estudos de recuperação são de responsabilidade do professor, respeitada a autonomia didático/metodológica para definir quais os instrumentos mais adequados a serem utilizados para sanar as lacunas de aprendizagem.

A recuperação paralela será oferecida aos alunos que apresentarem dificuldades, através de atividades diversificadas, tais como: roteiro de estudos,



participação de projetos de reforço e de nivelamento, revisão dos conteúdos, entre outras.

O processo avaliativo do Curso de Licenciatura em Educação Física a partir do exposto, deve considerar o perfil do egresso e os saberes que lhe são necessários para o desempenho da profissão, não se resumindo na atribuição de notas ou conceitos ou a classificação e ranqueamento, mas preocupando-se com o processo, detectando problemas e dando-lhes a solução adequada.

Parte do pressuposto de que é necessário romper com as práticas avaliativas marcadas por padrões definidos previamente e que apontam para julgamentos acerca de um produto acabado e sim, busca atender a uma avaliação formativa.

Este tipo de avaliação envolve docente e acadêmicos considerando os objetivos propostos, centrando-se nos sujeitos envolvidos e no processo desenvolvido, tomando por base a contextualização do conhecimento e a sua apreensão pelo acadêmico a partir da reflexão, do questionamento, da análise e da construção de práticas sociais em suas mais variadas dimensões e interrelações.

Para que isto ocorra e, pautados nos critérios apontados por Vasconcellos (1998), entende-se que o trabalho dos docentes deve priorizar:

- o resgate da significação dos conteúdos a serem trabalhados;
- a preocupação com aquilo que o acadêmico já sabe, principalmente por se tratar de um curso de formação de professores de Educação Física, com os quais os acadêmicos já têm uma longa história de relações;
- o resgate histórico dos conceitos, contextualizando-os;
- a prática social que o acadêmico vivencia no cotidiano;
- as relações com outros conhecimentos aprendidos, destacando as relações horizontais e verticais entre os componentes curriculares e os conhecimentos que lhes são afetos;
- a criticidade, indo além do que se caracteriza como sendo o senso-comum, do aprendido a partir das vivências cotidianas;
- a preparação das atividades de investigação, possibilitando o exercício da curiosidade, da reflexão e da pesquisa;



- a distinguir o que é fundamental daquilo que é acessório nos programas dos componentes curriculares;

- a recusar-se a ministrar conteúdos simplesmente por estarem no programa, quando o docente não acredita nele ou o percebe sem sentido ou significado para os alunos;

- a preparação da aula de forma adequada, refletindo na segurança e firmeza, bem como em um melhor aproveitamento do tempo de formação;

- o desenvolvimento de metodologias centradas na participação, levando o acadêmico a pensar, a partir de problematizações que os desafiem, mediante a utilização de jogos e demais atividades que envolvam de fato os sujeitos do processo;

Para que isto seja possível, o mesmo autor, ao tratar dos instrumentos avaliativos, destaca algumas características imprescindíveis aos mesmos:

- Devem possibilitar a reflexão, levando a pensar, estabelecer relações, superando a mera repetição e respeitando a inteligência dos acadêmicos;

- Devem ter sua ênfase naquilo que é essencial, naquilo que tem sentido e significado para o acadêmico, de acordo com o planejamento de ensino;

- Devem representar o que está sendo trabalhado, possibilitando indicadores globais da aprendizagem dos acadêmicos;

- Devem ser contextualizados, permitindo a construção de sentidos e significados a partir dos textos, tabelas, quadros, gráficos, figuras, esquemas, representações, entre outros recursos;

- Devem ser apresentados com a necessária clareza do que se quer, sem subterfúgios ou pegadinhas que denotam falta de objetividade;

- Devem ser compatíveis com o trabalho realizado e com as exigências a serem feitas do futuro profissional, inclusive com relação à linguagem utilizada.

Esta forma de pensar avaliação rompe com a tradição e necessita de um tempo para ser incorporada pelos atores do processo, em um permanente diálogo e troca de experiências avaliativas e construção coletiva de alternativas e projetos que apontem para melhor compreender o processo e ajustar os rumos na direção dos objetivos gerais a que o curso se propõe.



Desta forma, atividades individuais e em grupo, pesquisas, seminários, organização de eventos específicos, envolvimento em debates, leituras e produção textual, além de outros, já referenciados, são considerados como indispensáveis para o acompanhamento do processo formativo.

Sabe-se, entretanto, que o registro e controle de frequência e a atribuição de notas é uma exigência legal. Isto demanda que se traduza em números o seu aproveitamento, o que impõe o estabelecimento de critérios objetivos, que sejam do conhecimento do discente e permitam as necessárias retomadas no decorrer do processo e não apenas pontualmente.

Assim, a frequência para aprovação deverá ser igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) ao final do período letivo. Será considerado reprovado o aluno que não obtiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%), ficando impedido de prestar exame final.

Alunos em processo de adaptação (transferidos ou que vieram de uma grade que não está mais em uso) serão matriculados no período mais conveniente ao curso, com exceção das disciplinas que exigem pré-requisitos.

Alunos reprovados poderão, também, ter progressão parcial com a observação dos pré-requisitos, desde que a soma das disciplinas em dependência, e que estão sendo ofertadas no semestre atual, não ultrapasse três disciplinas.

Para fins de avaliação da aprendizagem, as notas obtidas pelo acadêmico são representadas numericamente por valores do intervalo de zero (0) a dez (10,0).

A verificação do rendimento escolar, em cada disciplina se dará por meio de uma nota semestral composta a partir de diferentes instrumentos avaliativos, incluídos aí os resultados de recuperações paralelas, em caso de necessidade.

Para que o acadêmico obtenha aprovação sem necessidade de exames adicionais, a nota semestral advinda de todos os processos avaliativos realizados na disciplina no período regular do semestre deve ser igual ou superior a 7,0 (sete), com frequência igual ou superior a 75%. Para os casos em que a média semestral for inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), com frequência igual ou superior a 75%, o acadêmico realizará avaliação adicional, em que será somada a média semestral obtida e o escore médio da recuperação paralela, sendo necessário para aprovação que a média da soma dessas duas avaliações seja igual ou superior

a 5,0 (cinco), Em caso de média semestral inferior a 4,0 (quatro), média de exame inferior a 5,0 (cinco) ou frequência inferior a 75%, o acadêmico será considerado reprovado.

3.7.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Plano de Avaliação Institucional do Instituto Federal do Paraná atende às orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10861/2004, e tem por objetivo a promoção da qualidade de ensino nesse nível de educação.

A Lei 10861/2004 prevê três dimensões para a avaliação institucional, quais sejam, a Auto-Avaliação Institucional, a Avaliação Externa *in loco*, e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O Art. 3º da Lei 10861/2004 estabelece como objetivo da avaliação das instituições de ensino superior "identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais". Como dimensões para essa avaliação, o mesmo artigo, em seus incisos, indica dez aspectos:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;



X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (LEI 10861/2004).

Para o acompanhamento, discussão e execução da Avaliação Institucional, a Lei 10861/2004 prevê a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que, conforme o Relatório de Auto-Avaliação do IFPR (2010, p. 17), tem como atribuições “coordenar e articular o processo de Avaliação Institucional, bem como disponibilizar o resultado final à comunidade acadêmica.”

A CPA do IFPR é composta por docentes, técnicos-administrativos, discentes e representantes da comunidade paranaense. Por ser uma instituição *multicampi*, a CPA contém representantes dos diversos câmpus da instituição que, em seus trabalhos, pretendem levantar, anualmente, as potencialidades, as fragilidades e as ações estratégicas para a melhoria da qualidade do Ensino Superior no IFPR, levando em consideração as dimensões previstas na legislação para esse nível de ensino.

Para tanto, todos os envolvidos no processo educativo são consultados, através de instrumentos avaliativos específicos para docentes, discentes e técnico-administrativos. Após a coleta desses dados e sua análise, a CPA os sistematiza e divulga o relatório, disponível a toda a comunidade acadêmica.

3.7.3 AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso é pautada nos princípios avaliativos apontados anteriormente, sendo realizada de forma constante, nas reuniões de colegiado, reuniões com representantes de turma e com os responsáveis pelos diversos projetos existentes no curso. Esta dinâmica permite documentar os pontos positivos e negativos, as possibilidades e os limites, os avanços e as dificuldades, subsidiando a tomada de posição e a redefinição de rotas a seguir.

Para que esta dinâmica seja possível, os conceitos de avaliação incorporados neste PPC devem estar presentes de forma permanente, com vistas a possibilitar que sejam atingidos plenamente os objetivos do Curso.



Os documentos originados destas avaliações compreendem as atas das reuniões dos diversos colegiados e grupos existentes, bem como nos relatórios dos processos avaliativos institucionais.

3.7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Os processos avaliativos do Curso devem subsidiar as decisões no que se refere ao Projeto Pedagógico de Curso e as suas necessárias alterações e ajustes para dar conta dos objetivos propostos e até mesmo para a retomada da discussão e redefinição destes, via Núcleo Docente Estruturante.

A consideração dos diversos processos avaliativos deverá desencadear alterações sempre que necessário e respeitando-se os trâmites e exigências legais e institucionais, bem como informando, permanentemente, a comunidade acadêmica das transformações efetuadas.

3.8 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular, em atendimento aos preceitos legais vigentes, as demandas sociais postas e às discussões no âmbito do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante será composta por uma carga total de 3.507 horas/relógio.

A integralização desta carga horária está prevista para no mínimo oito semestres e no máximo quatorze semestres letivos, sendo o regime escolar por componente curricular, possibilitando matrículas em diferentes períodos do curso, refletindo mais um dos aspectos relacionados à flexibilização do processo formativo oferecido pelo Curso.

3.8.1 MATRIZ CURRICULAR

O caminho para a construção da matriz curricular aponta a necessidade de retomar a unidade e a universalidade do mundo objetivo, social, cultural, político e estético. Neste sentido, a matriz curricular assume um caráter de síntese das



práticas sociais, em que os conteúdos da Educação Física são trabalhados como resultantes das manifestações da cultura corporal, historicamente acumulados e socialmente transmitidos.

3.8.1.1 Núcleo de Práticas como Componente Curricular e Estágios

A dinâmica relacionada a este ponto, contemplado nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002, CNE/CP nº 02/2002 e CNE/CES nº 07/2004, indicando para um mínimo de 400 horas de atividades que permitam ao acadêmico compreender os diferentes papéis atribuídos aos professores e os conhecimentos afetos a cada contexto em que se inserir, possibilitando uma compreensão mais profunda e uma verdadeira incorporação (aprender com o corpo, vivenciando) do ser professor.

Os Estágios obrigatórios e não obrigatórios são realizados de acordo com o Regulamento de Estágios do Curso de Educação Física do Instituto Federal do Paraná (Anexo I), fundamentados nas Resoluções CNE/CP nº 01/2002, CNE/CP nº 02/2002 e CNE/CES nº 07/2004 que tratam das diretrizes para os cursos de formação de professores e as cargas horárias desse processo formativo, bem como na Lei no. 11.788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e na portaria nº 4, de 22 de junho de 2009, do IFPR.

Para o Curso de Licenciatura em Educação Física a carga horária será de 840 (oitocentas e quarenta) horas/relógio, a ser integralizada por meio de: (1) Prática como Componente Curricular: a ser vivenciada nos primeiros quatro semestres, com carga horária total de 400 (quatrocentas) horas, sendo que 136 horas serão integralizadas nas disciplinas de Prática de Ensino I, II, III e IV e as 264 horas restantes serão integralizadas por meio de projetos, atividades e ações propostas por meio dessas disciplinas nos campos de trabalho da Educação Física conforme dispostos nas respectivas ementas; (2) Estágios: a serem iniciados na segunda metade do Curso (5º semestre), com carga horária total de 440 (quatrocentas e quarenta) horas, sendo ministrado com 204 horas em forma de disciplina curricular e as demais 236 horas em atividades de campo, direcionadas na disciplina e seguindo o Regulamento Geral de Estágios do Curso (Anexo II).



3.8.3 PERIODIZAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – CÂMPUS PALMAS

(Base Legal: Parecer CNE/CP nº 09/2001; Resolução CNE/CP nº 01/2002; Resolução CNE/CP nº 02/2002; Resolução CNE/CES nº 07/2004; Parecer CNE/CES nº 400/2005; Parecer CNE/CES nº 274/2011; Resolução IFPR/CONSUP nº 55/2011).

	Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	PCC/Estágio (Hora relógio)
PRIMEIRO	Filosofia	2	40	-
	História, Educação Física e Esporte	2	40	-
	Bases Biológicas	2	40	-
	Brinquedos e jogos	4	80	-
	Anatomia	4	80	-
	Atletismo	4	80	-
	Prática de Ensino I	2	-	100
	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	20	360	100

	Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	PCC/Estágio
SEGUNDO	Língua Portuguesa	2	40	-
	Metodologia de Estudo e Pesquisa	2	40	-
	Sociologia	2	40	-
	Desenvolvimento Humano e Aprendizagem	4	80	-
	Ritmo e Expressão Corporal	2	40	-
	Neuroanatomofisiologia	4	80	-
	Futebol	4	80	-
	Prática de Ensino II	2	-	100
	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	22	400	100

	Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	PCC/Estágio
TERCEIRO	Psicologia da Educação	2	40	-
	Fisiologia do Exercício	4	80	-
	Dança	4	80	-
	Educação em Direitos Humanos	2	40	- 34
	Ginástica	2	40	-
	Basquetebol	4	80	-
	Prática de Ensino III	2	-	100
	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	20	360	100



	Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	PCC/Estágio
QUARTO	Educação e Saúde	2	40	-
	Cinesiologia	4	80	-
	Didática e Educação Física	4	80	-
	Atividades Aquáticas	4	80	-
	Ginástica Artística	4	80	-
	Prática de Ensino IV	2	-	100
	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	20	360	100

	Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	PCC/Estágio
QUINTO	Cineantropometria	4	80	-
	Educação Física Escolar I – Educação Infantil e Ensino Fundamental	4	80	-
	Ginástica Rítmica	2	40	-
	Optativa I	4	80	-
	Estágio I - Educação Básica: gestão, organização do trabalho pedagógico e currículo	4	-	140
	Atividade Física para Populações Especiais	2	40	-
	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	20	320	140

	Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	PCC/Estágio
SEXTO	LIBRAS	2	40	-
	Pedagogia do Esporte	2	40	-
	Educação Física Escolar II – Ensino Médio e	2	40	-
	Educação Física para Pessoas com Deficiência	4	80	-
	Voleibol	4	80	-
	Estágio II - Educação Básica: Docência na Educação Física	4	-	140
	Trabalho de Conclusão de Curso I	2	40	-
	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	20	360	140

	Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	PCC/Estágio
SÉTIMO	Optativa II	4	80	-
	Administração, Marketing e Organização Esportiva	4	80	-
	Lazer e Recreação	4	80	-
	Treinamento Esportivo e Rendimento	4	80	-
	Estágio III: Esporte e Lazer	2	-	80
	Trabalho de Conclusão de Curso II	2	40	-
	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	20	360	80



	Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	PCC/Estágio
OITAVO	Optativa III	4	80	-
	Atividade Física, Saúde e Envelhecimento	2	40	-
	Handebol	4	80	-
	Estágio IV: Atividade Física, Saúde e Bem-Estar	2	-	80
	Lutas	4	80	-
	Primeiros Socorros	2	40	-
	Seminário em Educação Física	2	40	-
	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL	20	360	80
	ATIVIDADE ACADEMICA COMPLEMENTAR	-	-	[200]

TOTALIZAÇÃO	COMPONENTE CURRICULAR	Aulas na semana	Hs/aula total	PCC/Estágio	Horas total
	ATIVIDADE ACADEMICA COMPLEMENTAR	-	-	-	200
	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	12	-	440	440
	PRÁTICA COM COMPONENTE CURRICULAR	8	-	400	400
	DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES	162	2880	-	2400
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				3440

3.8.2 Disciplinas Optativas

Uma das formas de proporcionar uma flexibilização à Matriz Curricular reside na oferta de componentes curriculares optativos, em número de três, distribuídos ao longo do curso, totalizando 240 horas/aula, podendo os acadêmicos fazer a opção por caminhos diferenciados de formação. O mínimo de discentes matriculados para efetivar a oferta é de doze, podendo matricular-se em apenas um dos componentes de cada bloco ofertado a cada semestre. Ainda, as opções devem respeitar o conjunto de componentes curriculares de cada bloco e abranger, no mínimo, um componente de cada um dos quatro blocos ao longo do curso. É facultado, a título de complementação de estudos ou enriquecimento curricular, matricular-se em outros componentes curriculares optativos, desde que haja vaga e não afete a sequência de integralização da matriz.

Os blocos de componentes curriculares optativos podem ser alterados, complementados, ampliados a qualquer momento, desde que não haja prejuízo aos acadêmicos já matriculados e sempre atendendo às demandas e argumentos que o justifiquem. À medida que novos docentes se incorporam ao quadro, outras



propostas de componentes curriculares optativos podem ser apresentados, discutidos e aprovados, cumprindo-se os trâmites normais para esta modificação, principalmente junto ao Colegiado de Curso e ao Núcleo Docente Estruturante.

Rol de Componentes Curriculares Optativos

Optativas I – 80 h			
Componente Curricular	Aulas na semana	Carga horária (h/a)	Pré-requisito/Ciclo básico
Comunicação Oral e Escrita	4	80	-
Língua Inglesa	4	80	-
Informática	4	80	-
Bioquímica	4	80	-
Biomecânica	4	80	-
Medidas e Avaliação na Educação Física	4	80	-
Políticas Públicas de Educação Física, Saúde, Esporte e Lazer	4	80	-
Optativas II – 80 h			
Esportes de Raquete	4	80	-
Esportes Urbanos e de Aventura na Natureza	4	80	-
Educação e Sustentabilidade	4	80	-
Estatística na Educação Física	4	80	-
Ginástica de Academia	4	80	-
Organização do Trabalho Pedagógico	4	80	-
Ginástica Laboral	4	80	-
Optativas III – 80 h			
Formação de Professores	4	80	-
Métodos e Técnicas de Ensino	4	80	-
Gestão de Eventos	4	80	-
Psicologia do Esporte	4	80	-
Direito Esportivo	4	80	-
Captação de Recursos na Educação Física	4	80	-
Periodização do Treinamento	4	80	-
Medidas e Avaliação na Educação Física	4	80	-

Outras disciplinas poderão ser acrescentadas ao rol de optativas a partir de demandas específicas ou decorrentes de legislação, configurando a flexibilidade da estrutura curricular.

3.8.4 Percurso de Formação

Mais do que a simples distribuição de disciplinas em uma grade curricular, a articulação possível e necessária entre elas, seja no mesmo período, seja ao longo



do curso, é uma prática que “se tem aprendido fazer ao fazer”, possibilitando ao acadêmico em formação, compreender os caminhos pelos quais está sendo guiado no processo em que ele deve ser a preocupação central.

Assim, os conhecimentos de homem e sociedade se tornam imprescindíveis, uma vez que sua atuação, seja no contexto que for, deverá ser a de um cidadão protagonista dos processos decisórios que o cercam. Por sua vez, o conhecimento científico e tecnológico permitirá a apropriação consciente dos saberes produzidos pela humanidade. Os conhecimentos de corpo humano e técnico funcional aplicado lhe permitirão compreender melhor a si mesmo e ao ser humano com o qual interage em seu cotidiano, pautando-se neles para decisões de extrema relevância e responsabilidade. Os conhecimentos acerca da cultura corporal se colocam como centralidade, pois se constituem no objeto a ser trabalhado pelo professor. Na mesma linha, os conhecimentos pedagógicos merecem o devido destaque, com uma carga horária significativa e sempre articulada com as demais, pois, independente do contexto de atuação profissional, são professores em formação.

3.9 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

O Ementário e Bibliografias são apresentados a seguir, destacando que, em virtude da dinâmica que cerca o desenvolvimento científico e acadêmico da área, poderão ser revistos, mediante submissão ao Núcleo Docente Estruturante e ao Colegiado de Curso e informados aos Conselhos Superiores, como forma de assegurar a qualidade social do curso. Com relação às disciplinas optativas, o quadro pode ser ampliado de acordo com as demandas verificadas no decorrer do processo, no sentido de garantir ao discente uma formação contextualizada.

1º PERÍODO			
Componente Curricular	Filosofia		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40 h/a
Ementa:			
Estudo do conceito, origem e historicidade da filosofia. A atitude filosófica como questionamento das evidências do cotidiano. A Filosofia como ciência e reflexão ao longo da história do pensamento ocidental. Ética. Definição, origem e historicidade. Ética e Moral. Desafios Éticos na contemporaneidade: Ciência, Globalização e Ecologia. O desenvolvimento da autonomia acadêmico-científica.			



Bibliografia Básica:
ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2002.
BOFF, L. Globalização desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
CHAUÍ, M. de S. Convite à filosofia. 12.ed. São Paulo: Ática, 2002.
VÁZQUES, A. S. Ética. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
Bibliografia Complementar:
ANTUNES, R. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.
BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
DOWBOR, L. et al. (Org.). Desafios da Globalização. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
KONDER, L. Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
LAFARGUE, P. O direito à preguiça. São Paulo: Claridade, 2003.
LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.) Capitalismo, Trabalho e educação. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

Componente Curricular	História, Educação Física e Esporte		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40 h/a
Ementa:			
Descreve e resgata a cultura corporal de movimento em diferentes períodos históricos. Relaciona a cultura corporal e a Educação Física na atualidade com as novas formas de sociabilidade construídas sob o teto da modernização, a ascensão da burguesia ao poder, a evolução da ciência e a mercantilização do corpo. Busca também as diferentes concepções e funções da Educação Física brasileira sob a influência europeia.			
Bibliografia Básica:			
CASTELANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 4 ed. Campinas: Papirus, 1994.			
HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.			
HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HOBSBAWM, E. J. A era dos impérios: Europa 1875-1914. 13 ed. rev. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009.			
HOBSBAWM, E. J; COSTA NETO, Luciano. A era do capital: 1848-1875. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.			
SOARES, C. L. Educação Física: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.			
Bibliografia Complementar:			
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.			
GODOY, L. Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.			
KOLYNIK FILHO, C. Educação Física: Uma introdução. São Paulo: Educ, 1996.			
MARINHO, I. P. Introdução ao Estudo da Educação Física e dos Desportos. Brasília: Horizonte, 1984.			
MARINHO I. P. História da Educação Física no Brasil. São Paulo: Editora Brasil. s.d.			
RAMOS, J. J. Os Exercícios Físicos na História e na Arte. São Paulo: Ibrasa, s.d.			

Componente Curricular	Bases Biológicas		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40 h/a
Ementa:			
Células: organização estrutural e composição química. Relação entre estrutura e função celular. Citogenética. Tecido epitelial. Tecido conjuntivo. Tecido muscular. Tecido nervoso. Atividade física e função celular. A autonomia acadêmico-científica do professor.			
Bibliografia Básica:			



JUNQUEIRA e CARNEIRO. **Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
JUNQUEIRA e CARNEIRO. **Histologia básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
WEINECK, J. **Biologia do esporte**. São Paulo: Manole, 2000.

Bibliografia Complementar:
CARVALHO, F. Hernandez. **A célula**. Barueri: Manole, 2001.
CORMACK, David H. **Fundamentos de histologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.
DE ROBERTIS, E. M. F. **Bases da Biologia Celular e molecular**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2006.
DI FIORI, Mariano S. H. **Atlas de Histologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001.
SOBOTTA, Jahannes, **Atlas de Histologia. Citologia, histologia e anatomia microscópica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003

Componente Curricular		Brinquedos e jogos	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80 h/a
Ementa:			
Origens e processo evolutivo dos jogos, brinquedos e brincadeiras. O jogo e a brincadeira como conhecimentos e patrimônio cultural da humanidade. Jogos: classificação e teorias. Jogos de mesa e de desafio. Organização e sistematização dos jogos, brinquedos e brincadeiras nos diferentes espaços. Uso de materiais alternativos para construção do brinquedo.			
Bibliografia Básica:			
AWAD, Hani. Brinque, jogue, cante e encante com a recreação . Jundiaí: Fontoura, 2004. viii, 126 p. ISBN 8587114204			
KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 207 p. ISBN 9788524916472			
Bibliografia Complementar:			
BRASIL Ministério do Esporte; FERREIRA, M. P. A.; MARCELLINO, N. C. (Org.). Brincar, jogar, viver: programa esporte e lazer da cidade . Brasília : Ministério do Esporte, 2007.			
CASELLATO, M. S. Jogos e brinquedos para fazer e brincar . São Paulo : Texto Novo, 1999.			
CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. Trabalhando com recreação . 3ª ed. São Paulo : Ícone, 1998.			
KISHIMOTO, T. M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação . 10. ed. Petrópolis : Vozes, 2003.			
OLIVIER, J. C. Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola . Porto Alegre : Artes Médicas, 2000.			
PAIVA, I. M. Brinquedos cantados . 2. ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2000.			
SANTIN, S. Educação física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento . 3ª ed. Porto Alegre : EST, 2001.			
SILVA, E. N. Recreação e jogos . 2. ed. Rio de Janeiro : Sprint, 1999.			

Componente Curricular		Anatomia	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80 h/a
Ementa:			
O estudo dos conceitos gerais de anatomia humana. Anatomia geral. Anatomia especial: sistema esquelético, sistema muscular e articulações, sistema nervoso, sistema endócrino e cardiorrespiratório e suas implicações com o movimento humano. A autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
GARDNER, E.; GRAY, D. J.; O'RAHILLY, R. Anatomia: estudo regional do corpo humano . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.			
SOBOTTA, J.; BECHER H. Atlas de Anatomia Humana . 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.			
TORTORA, G. J. Corpo humano fundamentos de anatomia e fisiologia . 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.			



Bibliografia Complementar:
ABRAHAMS, P. H.; HUTCHINGS, R. T.; MARKS JR., S.C. Atlas Colorido de Anatomia Humana . 4. ed. São Paulo: Manole, 1999.
HERLIHY, B.; MAEBIUS, N. K. Anatomia e Fisiologia do corpo humano saudável e enfermo . Barueri: Manole, 2002.
NETTER, F. H. Atlas de Anatomia . Porto Alegre, Artemed, 1998.
SPENCE, P. A. Anatomia Humana Básica . 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.

Componente Curricular	Atletismo		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80 h/a
Ementa:			
Estudo, compreensão e vivência dos fundamentos sócio-históricos, fisiológicos, biomecânicos, técnicos, táticos e normativos do Atletismo. O processo de ensino-aprendizagem das corridas, dos saltos, do arremesso e dos lançamentos. O uso de materiais e espaços alternativos. O papel do professor e do técnico na tematização do atletismo.			
Bibliografia Básica:			
FERNANDES, J. L.; Atletismo: Arremessos . São Paulo: EPU, 2003.			
FERNANDES, J. L.; Atletismo: Corridas . São Paulo: EPU, 2003.			
FERNANDES, J. L.; Atletismo: Saltos . São Paulo: EPU, 2003.			
MATTHIESEN, S. Q.; (org.) Atletismo: teoria e prática . Rio de Janeiro, RJ : Guanabara Koogan, 2007.			
Bibliografia Complementar:			
COICEIRO, G. A.; Atletismo, 1000 exercícios e jogo . Rio de Janeiro: Sprint, 2005.			
FRÓMETA, E. R.; Guia Metodológico de Exercícios em Atletismo: formação, técnica e treinamento . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
KIRSCH, A.; KOCH, K.; ORO, U. Antologia do atletismo: metodologia para iniciação em escolas e clubes . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.			
KUNZ, E. Didática da educação física I . Ijuí: Unijui, 1999.			
MATTHIESEN, S. Q.; (org.) Atletismo: se aprende na escola . Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2005.			
PAES, R. R. Pedagogia do Esporte: contexto e perspectivas . Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005.			

Componente Curricular	Prática de Ensino I		
Aulas/semana:	5	Carga horária	100h
Ementa:			
A Prática do ensino através da abordagem na formação em Educação Física, reconhecendo suas problemáticas significativas a partir dos âmbitos de intervenção sócio-pedagógica do profissional de Educação Física. Compreensão das políticas públicas e do ordenamento legal, a partir dos âmbitos de intervenção sócio-pedagógica do profissional de Educação Física. Estudo das questões ético-profissionais da atuação do professor de Educação Física e a sua relação com o mundo do trabalho.			
Bibliografia Básica:			
BRACHT, V. et al. A Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, Desafios e Perspectivas . Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.			
FERREIRA NETO, A. ; GOELLNER, S. V. ; BRACHT, V. (Orgs.) As ciências do esporte no Brasil . Campinas: Autores Associados, 1995.			
MARQUES, M. O. A formação do profissional da educação . 4. ed. Ijuí: Unijui, 2003.			
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional . 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.			
Bibliografia Complementar:			
BRACHT, V. Educação Física e aprendizagem social . Porto Alegre: Magister, 1992			
CARNOY, M. Estado e teoria política . 7ed. Campinas/SP: Papyrus, 1988.			
CASTELLANI FILHO, L. Política educacional e Educação Física: polêmicas do nosso tempo . 2ª. ed., Campinas: Autores Associados. 2002.			
DAOLIO, J. Educação Física Brasileira: autores e atores da década de 1980 . Campinas: Papyrus, 1998. 119p.			
GEBARA A. et al. Educação Física & Esportes: Perspectivas para o século XXI . 10ª.ed., Campinas: Papyrus; 2003.			



GHIRALDELLI, P. J. **Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e da Educação Física brasileira.** São Paulo: Loyola, 1988.
GOERGEN, P. L.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Formação de Professores: a experiência internacional sob o olhar brasileiro.** 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
KUNZ, E. (org.). **A didática da Educação Física 2.** Ijuí: Unijuí, 2001.

2º PERÍODO			
Componente Curricular		Língua Portuguesa	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Texto e discurso. Estratégias de leitura. Diversidade de gêneros textuais. Tipologia textual e fatores da textualidade. Gêneros literários: poemas, crônicas, contos. Gêneros não ficcionais: textos expositivos e argumentativos. Coesão e coerência textual. Correspondência. Análise e Produção de Diferentes Textos. Leitura e produção textual como ferramenta para a autonomia no trabalho do professor			
Bibliografia Básica:			
ANDRADE, M. M., HENRIQUES, A. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999. BARBANTI, V. Dicionário de Educação Física e Esporte. 2ª. Barueri, SP : Ed. Manole, 2003. BARBOSA, S. A. M. Redação: escrever é desvendar o mundo. 15. ed. São Paulo: Papyrus, 2002. GONZÁLEZ, F. J. FENSTERSEIFER, P. E. Dicionário crítico de educação física. Ijuí "Ed. Unijuí, 2005			
Bibliografia Complementar:			
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. São Paulo: Scipione, 2001. POLITO, Reinaldo. Como falar corretamente e sem inibições. 105. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. VANOYE, F. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.			

Componente Curricular		Metodologia de Estudo e Pesquisa	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40 h/a
Ementa:			
A produção do conhecimento e seus determinantes sócio-históricos. O conhecimento científico. A ciência e a problemática de sua metodologia. O trabalho científico. Organização e normas da pesquisa científica. A prática do estudo e a da pesquisa em Educação Física. O desenvolvimento da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.			
Bibliografia Complementar:			
ANDERY, M. A. P. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC, 1999. ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos de metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. BRACHT, V. (et. AL.). Pesquisa em ação: educação física na escola. Ijuí : Ed. Unijuí, 2003. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995 D'ONOFRIO, S. Metodologia do trabalho intelectual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.			



THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. de N. A. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Componente Curricular	Sociologia		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Conhecimento sociológico clássico e suas implicações na educação e na Educação Física. As teorias sociológicas da educação nos autores contemporâneos e no Brasil: Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, entre outros. Os desafios concretos a serem enfrentados pelos professores de Educação Física na construção do conhecimento voltado à transformação social.			
Bibliografia Básica:			
BETTI, M. A Janela de Vidro: esporte, televisão e Educação Física. Campinas: Papyrus, 1998. BRACHT, V. Sociologia Crítica do Esporte. Ijuí: Unijuí, 2003. ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes . 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura . 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber . 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.			
Bibliografia Complementar:			
BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia . Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. BRACHT, Valter. Educação física e aprendizagem social . 2. ed. Porto Alegre: Magister, 1997. FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica . 5 ed. São Paulo: Globo, 2006. _____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento . 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. _____. Capitalismo dependente: e classes sociais na América Latina . 4. ed. São Paulo: Global, 2009. GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade . São Paulo: Editora UNESP, 1991. VITA, A. Sociologia da Sociedade Brasileira . 9 ed. São Paulo: Ática, 1999.			

Componente Curricular	Desenvolvimento Humano e Aprendizagem Motora		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
O estudo do desenvolvimento motor, suas fases e mudanças ao longo da vida evolutiva. Aquisição, classificação e definição das habilidades físicas na aprendizagem motora. O estudo do estímulo, a organização e execução de movimentos. Elaboração e aplicação de propostas de programas de atividades físicas no desenvolvimento das condutas psicomotoras embasados no contexto teórico do comportamento humano. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
ECKERT, H. M. Desenvolvimento motor . 3 ed. São Paulo: Manole, 1993. GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. Compreendendo o Desenvolvimento Motor . São Paulo: Phorte, 2001. MAGILL, R. A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações . São Paulo: Edgard Blücher, 2000.			
Bibliografia Complementar:			
BEE, H. A criança em desenvolvimento . 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. LE BOULCH, J. Educação Psicomotora: a psicocinética na idade escolar . Porto Alegre: Artmed, 1987. LE BOULCH, J. O desenvolvimento Psicomotor: do nascimento até os 6 anos . Porto Alegre: Artmed, 2001. SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema . 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. TANI, G. (et al.). Educação Física: uma abordagem desenvolvimentista . São Paulo: Manole, 1988.			

Componente Curricular	Ritmo e Expressão Corporal		
------------------------------	----------------------------	--	--



Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Domínio da consciência corporal. Compreensão das diferentes linguagens corporais nos diversos segmentos sociais. Estudo dos conceitos e considerações gerais sobre o ritmo humano. Desenvolvimento de atividades rítmicas e de expressão corporal. Estudo da relação entre o ritmo, a música e o movimento.			
Bibliografia Básica:			
BARRETO, Débora. Dança, Ensino, Sentidos e Possibilidades na Escola : São Paulo: Ed. Autores Associados, 2004			
ALON, Ruthy. Espontaneidade Consciente - Retornando ao Movimento Natural . São Paulo, Ed. Summus, 2000.			
BERTHERAT, Thérèse. O Corpo tem suas razões: Antiginástica e consciência de si . São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.			
BARBOSA, Haselbch. Dança Improvisada e Movimentos . Rio de Janeiro: Ao livro técnico. 1988.			
Bibliografia Complementar:			
HASELBACH, Bárbara. Dança, Improvisação e Movimento . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1988.			
CAMARGO, Maria Ligia M. Música e Movimento : Belo Horizonte: Villa Rica, 1994.			
LABAN, Rudolf von. O domínio do movimento . Ed. Organizada por Lisa Ullmann. (trad. Anna Maria Barros De Vecchi e Maria Sílvia Mourão Netto). São Paulo: Summus. 1978.			
OSSONA, Paulina. A Educação pela Dança . 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.			

Componente Curricular	Neuroanatomofisiologia		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Estudo do sistema nervoso e suas subdivisões. Relações do sistema nervoso com as percepções e com o desenvolvimento corporal e motor. Estudo do Sistema Endócrino e relações hormonais com a prática desportiva. A autonomia acadêmico-científica do professor.			
Bibliografia Básica:			
GARDNER, E., GRAY, D. J., O'RAHILLY, R. Anatomia . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.			
MACHADO, A. Neuroanatomia Funcional . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1993.			
SOBOTTA, J.; BECHER, H. Atlas de Anatomia Humana . 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.			
Bibliografia Complementar:			
HUTCHINGS, R. T. Atlas Colorido de Anatomia Humana . São Paulo: Manole, 1980.			
NETTER, F. H. Atlas de Anatomia . Porto Alegre: Artmed, 1998.			
SPENCE, P. A. Anatomia Humana Básica . 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.			
WOLF-HEIDEGGER. Atlas de Anatomia Humana . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.			

Componente Curricular	Futebol		
Aulas/semana	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Estudo e discussão dos aspectos históricos, socioculturais e filosóficos que envolvem o futebol. Estudo dos fundamentos técnico-táticos e normativos do esporte de campo e de quadra. O papel do professor na tematização do futebol. O futebol como expressão da cultura e sua implicação na escola nos diferentes níveis de ensino. Os elementos teórico-metodológicos deste esporte para o ensino na Educação Física. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
DRUBSCKY, R. O Universo Tático do Futebol : escola brasileira. Belo Horizonte: Health, 2003.			
FERREIRA, R. L. Futsal e a iniciação . 5. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.			
LEAL, J. C. Futebol: arte e ofício . 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.			
Bibliografia Complementar:			
DAOLIO, J. Cultura, Educação Física e futebol . Campinas: Editora da Unicamp, 1997.			



DUNNING, E.; CURRY, G. **Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol.** In GEBARA, A.; PILATTI, I. A. (Orgs.) **Ensaio sobre história e sociologia nas esportes.** Jundiaí: Fontoura, 2006.

MELLO, Rogério Silva de. **Sistemas e táticas para Futebol.** Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

NISTA-PICCOLO, V. L. **Pedagogia dos Esportes.** Campinas-SP: Papyrus, 1999.

PAES, R. R. **Pedagogia do Esporte: contexto e perspectivas.** Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005.

Componente Curricular	Prática de Ensino II		
Aulas/semana:	5	Carga horária	100h
Ementa:			
Análise da intervenção sócio-pedagógica na Educação Física, em confronto com os referenciais teórico-metodológicos, ordenamento legal e políticas públicas. Procedimentos investigativos para ampliar as referências no trato das problemáticas significativas das intervenções socio-pedagógicas na Educação Física, proporcionando a elaboração produções de caráter científico e didático-metodológico.			
Bibliografia Básica:			
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo : Cortez, 1992.			
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 8.ed. Campinas: Papyrus, 2006.			
KUNZ, E. (org.). A didática da Educação Física 1. Ijuí : Unijuí, 1998.			
KUNZ, E. (org.). A didática da Educação Física 2. Ijuí : Unijuí, 2001.			
Bibliografia Complementar:			
BETTI, M. Educação Física e Sociologia: novas e velhas questões no contexto brasileiro. In: Educação Física e Ciências Humanas, UNESP, 1999.			
BETTI, M. A janela de vidro: esporte, televisão e Educação Física. Capítulo 1: Cenário, Campinas: Papyrus, 1998. p. 15-28.			
BRACHT, V. Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução. 2ª ed. S.C. Ed. Unijuí. 2003. Papyrus, 1998. p. 15-28.			
CASTELLANI FILHO, L. Política educacional e Educação Física: polêmicas do nosso tempo. 2ª. ed., Campinas: Autores Associados. 2002.			
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas: Autores Associados, 1998.			
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1996.			
DEMO, P. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas : Autores Associados, 1995			
ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.			
MEDINA, J. P. O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 1998.			

3º PERÍODO			
Componente Curricular	Psicologia		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h
Ementa:			
As Teorias Psicanalítica, Comportamental e Psicogenética e suas implicações para a prática pedagógica. Desenvolvimento e aprendizagem nas teorias de Vygotsky e Wallon. Implicações pedagógicas da abordagem histórico-cultural. Psicologia da educação e dificuldades de aprendizagem.			
Bibliografia Básica:			
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: Uma Introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.			
CARRARA, Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2007. 186 p.			
CARRAHER, Terezinha Nunes. Aprender pensando: contribuições da psicologia cognitiva para a educação. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.			
COLL, C.; PALÁCIOS J. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.			



WOOLFOLK, Anita E.; MONTEIRO, Maria Cristina. **Psicologia da educação**. 7. ed. Pôrto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, M. T. C.; MOREIRA, M. **Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltados para a educação**. Belo Horizonte: Lê, 2001.

DAVIS, C. & OLIVEIRA, Z. M. R. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

RAPPAPORT, C. R. **Psicologia do desenvolvimento: teorias do desenvolvimento. Conceitos fundamentais**. São Paulo: EPU, 1981.

Componente Curricular	Educação para a Diversidade		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa: Educação e diversidade cultural. Estrutura social, poder e mecanismos de diferença e desigualdade - classe social, gênero e etnia. Educação afro e afro - brasileira. Dimensão histórica da escravidão. Aspectos da história dos negros e reflexos nas condições materiais e simbólica dos negros e sua inserção nos contextos educativos. Estudos sobre a história indígena no Brasil. Análise das condições materiais e simbólicas de existência das populações indígenas na atualidade e em sua inserção nos contextos educativos. Aspectos da pluralidade cultural como uma fonte de riqueza para a compreensão do homem e o seu contexto social.			
Bibliografia Básica:			
ANJOS, José Wilson dos. A alma brasileira . São Paulo: Saraiva, 1994.			
CAVALHEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil . São Paulo: Contexto, 2003.			
DAYRELL, Juarez (Org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura . Belo Horizonte: UFMG, 1996.			
Bibliografia Complementar:			
BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual . Brasília: MEC/SEF, 1997.			
CHALUH, Laura Noemi Educação e Diversidade: um projeto pedagógico para Escola . São Paulo: Alinea, 2006.			
FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro . São Paulo: Cortez, 1989.			
FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar . Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.			
GADOTTI, Moacir Diversidade cultural e educação para todos . Rio de Janeiro: Graal, 1992			
GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.			
SILVA, Tomaz Tadeu Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito . Belo Horizonte: Autêntica, 2001.			

Componente Curricular	Dança		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Estudo da dança e sua evolução nos diversos contextos histórico-culturais. Estudo teórico e prático dos fundamentos técnicos e metodologias de ensino da dança criativa, afro, folclórica, de salão, moderna e contemporânea. Estruturação de linhas coreográficas. O reconhecimento, a expressividade e a percepção do corpo através da dança.			
Bibliografia Básica:			
LEAL, Patrícia. Respiração e expressividade: práticas corporais fundamentadas em Graham e Laban . São Paulo: FAPESP, 2006. 100 p. ISBN 9788574196589 (broch).			
GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação . 15. ed. Campinas: Papyrus, 2011. 192 p. (Coleção corpo e motricidade) ISBN 8530802535 (broch.)			
VIANNA, Klaus; CARVALHO, Marco Antonio de (Col.). A dança . 6.ed. São Paulo: Summus, 2005. 154 [5] p.			



ISBN 9788532308436 (broch.)

FUX, Maria. **Dança, experiência de vida**. 4.ed. São Paulo: Summus, 1983. 139 p. (Novas buscas em educação ; 15) ISBN 8532301703 (broch.)

Bibliografia Complementar:

SILVA, Dulce Eliane da. **A Dança folclórica na Escola: Desenvolvendo o jovem cidadão**. Palmas, 2001

GONZAGA, L. **Técnicas de Dança de Salão**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996

PADJARA, Vera Aparecida. **Um Estudo do Desenvolvimento da lateralidade através de um Programa de Danças Folclóricas**. Palmas, 2002. 63 p.

OSSONA, Paulina. **A Educação pela Dança**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

PORTINARI, Maribel. **História da Dança**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SANTANA, Ivani. **Corpo aberto: Cunningham, dança e novas tecnologias**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.

Componente Curricular		Fisiologia do Exercício	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Metabolismo. Adaptações cardiorrespiratórias ao treinamento. Controle muscular do movimento. Adaptações neuromusculares e metabólicas ao treinamento. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
MAUGHAN, R. et. al. Bioquímica do Exercício e do Treinamento . São Paulo: Manole, 2000.			
MCARDLE, W. D. et. al. Fundamentos de Fisiologia do Exercício . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.			
MCARDLE, W. D. et. al. Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano . 6. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2008.			
WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. Fisiologia do Esporte e do Exercício . 2. ed. São Paulo: Manole, 2001.			
Bibliografia Complementar:			
ASTRAND, P. O., RODAHL, K. Tratado de Fisiologia do Esforço . Rio de Janeiro, Interamericana, 1992.			
FOSS, M. L. & KETAYIAN, S. J. Bases Fisiológicas do Exercício e do Esporte . 6ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara-Koogan, 2000.			
MARINS, J. C. B.; GIANNICHI, R. S. Avaliação e prescrição de atividade física - Guia prático , 3. ed. Rio de Janeiro, Shape, 2003.			
ROBERGS, R.A.; ROBERTS, S.O. Princípios fundamentais de Fisiologia do Exercício para aptidão, desempenho e saúde . São Paulo. Phorte, 2002.			
POWERS, S. & HOWLEY, E. Fisiologia do exercício: Teoria e Aplicação ao Condicionamento e ao Desempenho . 3ª ed. Manole, 2000.			

Componente Curricular		Educação em Direitos Humanos	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa: Referências teórico-históricas sobre os direitos humanos e a cidadania, proporcionando uma visão geral acerca dos mecanismos internacionais de proteção dos direitos. Reflete sobre direitos humanos e cidadania como pressupostos para a democracia. Proporciona uma análise das políticas educacionais face ao ideal de direitos humanos, rediscutindo o papel dos profissionais da escola para a construção do trabalho coletivo que responda às necessidades da escola atual. Aborda também como trabalhar as diferenças e os preconceitos na escola, pensando coletivamente sobre a construção de um novo projeto de educação em direitos humanos e para uma escola democrática.			
Bibliografia Básica:			
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil - o longo caminho . Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2002.			
SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. Cidadania e Direitos Humanos - São Paulo : IEA/USP, 12p.			
PIOVESAN, Flávia Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Cívicos e Políticos . - São			



Paulo: Rev. Sur, 2004, vol.1, n.1, 27 p.
Bibliografia Complementar:
ARENDR, Hannah. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A Cidadania Ativa . São Paulo: Ática, 2003.
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica . 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento . 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991 . 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Componente Curricular	Ginástica		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:	Estudo da evolução, características e fundamentos do movimento humano. Pedagogia e desenvolvimento das qualidades físicas o desenvolvimento e aplicabilidade. Estruturação e aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem na elaboração de aulas e/ou programas de ginástica nas instituições escolares e fora dela. O papel do professor na tematização da ginástica. A autonomia acadêmico-científica do professor.		
Bibliografia Básica:	GAIO, Roberta ; GÓIS, Ana Angélica Freitas ; BATISTA, José Carlos Freitas (Org.). A ginástica em questão: corpo e movimento . 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2010. 487p. ISBN 9788576552789 CONCEIÇÃO, Ricardo Batista. Ginástica escolar . 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000 xi, 137 p. ISBN 8585031883 NOGUEIRA, Êcio Madeira; DIAS, Eduardo Alves. Ginástica localizada 1.000 exercícios . Rio de Janeiro: Sprint, 1997. 213 p. ISBN 85-7332-027-3		
Bibliografia Complementar:	ARAÚJO, C. Manual de Ajudas em Ginástica . Canoas : ULBRA, 2004. CONCEIÇÃO, R. B. Ginástica escolar . 3ª ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2000. STRAUSS, C. Ginástica: a arte do movimento . São Paulo : Hemus, 1977 BATTISTA, E.; VIVES, J. Exercícios de Ginástica: flexibilidade e força . 5ª ed. São Paulo : Manole, 1984. DANTAS, E. H. M. Flexibilidade: alongamento e flexionamento . 4ª ed. Rio de Janeiro : Shape, 1999. HASELBACH, B. Dança, improvisação e movimento: expressão corporal na educação física . Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1989. MARTIN-LORENTE, E. 1000 Exercícios Ginásticos com Acessórios Fixos e Móveis . Rio de Janeiro : Sprint, 2002. SANTOS, J. C. E. Ginástica Geral: elaboração de coreografias e organização de festivais . São Paulo : Fontoura, 2001. SCHEIDER, W.; TRISCHLER, T.; SPRING, H. Mobilidade: teoria e prática . Santos, São Paulo : 1995.		

Componente Curricular	Basquetebol		
Aula/semana	4	Carga horária	80h/a
Ementa:	Estudo do processo evolutivo da modalidade, dos fundamentos e regras do Basquetebol. Aplicabilidade da fundamentação básica e regras na iniciação da aprendizagem do gesto e do jogo de basquetebol. Basquetebol e suas implicações na vida em sociedade. Estudo das implicações dos aspectos técnico-táticos do jogo como componentes da educação escolar. Postura do educador físico frente aos desafios educacionais. Arbitragem pedagógica e preenchimento da súmula de jogo. Organização de equipes escolares.		
Bibliografia Básica:	ALMEIDA, M. B. Basquetebol iniciação . 3ª Ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2002. DAIUTO, M. Basquetebol Metodologia do Ensino . 6ª Ed. São Paulo : Hemus, 1991. OLIVEIRA, V. de & PAES, R. R. Ciência do Basquetebol: pedagogia e metodologia da iniciação à especialização . Londrina : Ao Livro Técnico, 2004.		



ROSE JR. D. de & FERREIRA A.E.X. Basquetebol técnicas e táticas : uma abordagem didático-pedagógica. São Paulo : E.P.U., 1987.
Bibliografia Complementar:
KRÖGER, C.; ROTH, K. Escola da bola : um abc para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo : Phorte, 2002.
OLIVEIRA, V. de, PAES, R.R. A ciência do Basquetebol : pedagogia e metodologia da iniciação à especialização. Londrina, PR : Midiograf, 2004.
PAES, R. R. Pedagogia do Esporte : contexto e perspectivas. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005.
ROSE JUNIOR, D. Modalidades esportivas coletivas . Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2006.

Componente Curricular	Prática de Ensino III		
Aulas/semana:	5	Carga horária	100h
Ementa:			
Projetos, proposições e programas com vistas à prática do ensino voltada ao lazer, à iniciação e desenvolvimento da cultura corporal (dança, jogos, lutas, ginástica e esporte), que integrem sociedade-comunidade, ensino-pesquisa-extensão, promovendo a compreensão de seus sentidos e significados para a sociedade contemporânea e a significação do papel social do professor crítico-reflexivo.			
Bibliografia Básica:			
BRUHNS, H. T. Introdução aos Estudos do Lazer . Campinas, SP: UNICAMP, 1997.			
DARIDO, S. C; RANGEL, I. C. A. (Coords). Educação Física na escola : implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005.			
DUMAZEDIER, J. Lazer e Cultura Popular . 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.			
KUNZ, E. (org.). A didática da Educação Física 3 . Ijuí : Unijuí, 2003.			
Bibliografia Complementar:			
DIECKERT, J. (Org.). Esporte de lazer : tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro : Livro Técnico, 1984.			
GEBARA, A. et al. Educação Física & Esportes : Perspectivas para o século XXI. 10ª.ed., Campinas: Papirus; 2003.			
GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir : corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994.			
HILDEBRANDT-STRAMANN, R. Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física . Ijuí: Ed. UNIJUI, 2001. p. 99-110.			
KUNZ, E. Educação Física : ensino & mudança. Ijuí : Uijuí, 1991.			
MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer . 2. ed. Campinas : Autores Associados, 2000.			
SERRANO C. M. T. & BRUHNS H. T. Viagens à Natureza : turismo, cultura e ambiente. 6ª. ed. Campinas-SP, Papirus: 2003.			
UVINHA R. R. Juventude, Lazer e Esportes Radicais . São Paulo: Manole: 2001.			

4º PERÍODO			
Componente Curricular	Educação e Saúde		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Entrelaçamento das políticas sociais de saúde e educação, historicamente situadas. Conceituação do processo saúde-doença. Sob esta ótica, se propõe abordar os principais enfoques do processo saúde-doença, recuperando concepções que explicitam as práticas adotadas pela educação e pela saúde no que tange ao processo educativo.			
Bibliografia Básica:			
CZERESNIA, Dina. Promoção da saúde? conceitos, reflexões, tendências. Editora Fiocruz, 2003.			
LEITE, Paulo F. Aptidão física, esporte e saúde . São Paulo: Robe, 2000. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física . Brasília: MEC. 2001.			
SANTI, Maria Célia de. Metodologia de ensino na saúde . Barueri: Manole, 2002.			
Bibliografia Complementar:			
FARIA, José Luis. Programas de saúde . São Paulo: Ática, 1999.			
ROZENFELD, Suely, Fundamentos da vigilância sanitária . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.			
LESER, Walter. Elementos de epidemiologia geral . São Paulo: Ateneu, 2002.			



ROUQUAYROL, Maria Z. **Epidemiologia e saúde**. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

8.3 ARTIGOS DE APOIO

AYRES, José Ricardo C.M. Uma concepção hermenêutica de saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):43-62, 2007.

SCLIAR, Moacir. História do conceito de saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007.

Componente Curricular		Cinesiologia	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Estudo do movimento humano de forma analítica e global, utilizando-se conceitos da cinemática, cinética na produção dos movimentos de forma segmentada e global, abordando aspectos da integração do controle motor para a elaboração do movimento. Noções básicas das forças internas e externas do corpo humano no que se refere a integração do sistema esquelético, articular e muscular. Análise dos movimentos articulares pelas provas de função muscular. Análise da postura e centro de gravidade.			
Bibliografia Básica:			
FERNANDES, A. <i>et al.</i> Cinesiologia do alongamento . Rio de Janeiro : Sprint, 2002.			
KAPANDJI, I. A.. Fisiologia articular: esquemas comentados de mecânica humana . 4. ed. São Paulo : Manole, 1980.			
MIRANDA, E. Bases de anatomia e cinesiologia . 2. ed. São Paulo : Sprint, 2000.			
Bibliografia Complementar:			
DOBLER, G. Cinesiologia: fundamentos, práticas e esquemas de terapia . São Paulo : Manole, 2003.			
DURWARD, B. R. (Edit.). Movimento funcional humano: mensuração e análise . São Paulo : Manole, 2001.			
FORNASARI, C. A. Manual para estudo da cinesiologia . São Paulo : Manole, 2001.			
HALL, S. J. Biomecânica básica . Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1993.			
VIEL, É. (Coord.). A marcha humana, a corrida e o salto . Rio de Janeiro : Manole, 2001.			

Componente Curricular		Didática e Educação Física	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Didática: sua trajetória histórica, seus pressupostos epistemológicos. As teorias da educação. As tendências pedagógicas da prática escolar no ensino de Educação Física. Os princípios unificadores do trabalho docente (planejamento, objetivos, conteúdos, métodos, avaliação, relação professor-aluno) e o papel do professor. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física . São Paulo : Cortez, 1992.			
HURTADO, J. G. M. O ensino da Educação Física: uma abordagem didática . Curitiba: Educa Editer, 1983.			
LIBANEO, J. C. Didática . São Paulo : Ed. Cortez, 1996.			
Bibliografia Complementar:			
GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro . São Paulo. SP. Ática, 1988.			
KUNZ, E. (org.). A didática da Educação Física 1 . Ijuí : Unijuí, 1998.			
KUNZ, E. (org.). A didática da Educação Física 2 . Ijuí : Unijuí, 2001			
MOSSTON, M. La Enseñanza de la Educacion Fisica . Barcelona, Espanha : Editorial Paidós, 1988.			
OLIVEIRA, M. R. N. S. A reconstrução da didática: elementos teóricos-metodológicos . Campinas. Papyrus, 1992.			
SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática . Campinas, São Paulo : Autores Associados, 1994.			

Componente Curricular		Atividades Aquáticas	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Estudo histórico evolutivo da natação. Estudo teórico e prático da técnica e fundamentação dos estilos costas, peito e borboleta, suas saídas e viradas. Estudo de metodologias aplicadas às atividades aquáticas.			



Bibliografia Básica:
EVANS, Janet. Natação total . Barueri: Manole, 2009. xiv. 250p. ISBN 9788520427552 (broch. MCLEOD, Ian. Anatomia da natação . São Paulo: Manole, 2010. v. 193p. ISBN 9788520431177 (broch. CATTEAU, R. & GAROFF, G. O Ensino da Natação . São Paulo: Manole, 1990. MACHADO, D.C. Metodologia da Natação . São Paulo: EPU/EDUSP, 1978. PALMER, M. L. – A Ciência do Ensino da Natação . São Paulo: Manole, 1990.
Bibliografia Complementar:
LOTUFO, Joao Nogueira. Ensinando a nadar . 8. ed., rev. e aum. São Paulo: [19--]. 208 p MASSAUD, Marcelo G. - Natação 4 nados – Aprendizado e Aprimoramento . Rio de Janeiro: Sprint, 2001. CABRAL, F. Natação: 1000 Exercícios . Rio de Janeiro: Sprint, 1995. CASTRO, L.C. Aprendendo a Nadar Corretamente . Rio de Janeiro: Ediouro, 1979. CORRÊA, F.R.C. e MASSAUD, G.M. Escola de Natação – Montagem e Administração, Organização Pedagógica do Bebê à Competição . Rio de Janeiro: Sprint, 1999. MAGLISHO, E.D. Nadando Ainda Mais Rápido . 1999.. SEVERO, L.A. e CHAGURY, A.F. Manual de Natação . Lemre Editorial, 1990. ARAÚJO JÚNIOR, BRÁULIO. Natação – Saber fazer ou fazer sabendo ? Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. MASSAUD, MARCELO G. e CORRÊA, CÉLIA R. FERNANDES. Natação Para Adultos . Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

Componente Curricular	Ginástica Artística		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Estudo teórico e prático da Ginástica Artística, histórico, técnica, regras. Estudo da Ginástica Artística através da aplicação didática pedagógica, no ensino fundamental, utilizando Material Alternativo – solo e aparelhos. Material Oficial e Alternativo. O papel do professor na tematização da Ginástica Artística. A autonomia acadêmico-científica do professor.			
Bibliografia Básica:			
ARAÚJO, C. Manual de ajudas em ginástica . Canoas : Editora da ULBRA, 2003. NEDIALCOVA, G.; BARROS, D. ABC da ginástica . Rio de Janeiro : Grupo Palestra Sport, 1999. NONOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. Compreendendo a ginástica artística . São Paulo : Phorte, 2005.			
Bibliografia Complementar:			
CONCEIÇÃO, R.B. Ginástica Escolar . 4 ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2003. GAIO, R.; BATISTA, J. C. F. (org). A ginástica em questão: corpo e movimento . Ribeirão Preto : Tecmedd, 2006. PUBLIO, N.S. Evolução histórica da ginástica olímpica . São Paulo : Phorte, 2002. SANTOS, C.R. Gymnica 1000 exercícios . Ginástica olímpica, trampolim acrobático, mini-trampolim e acrobática. Rio de Janeiro : Sprint, 2002.			

Componente Curricular	Prática de Ensino IV		
Aulas/semana:	5	Carga horária	100h
Ementa:			
Projetos, proposições e programas com vistas à prática do ensino voltada à aquisição e desenvolvimento de hábitos de saúde e qualidade de vida, aos portadores de necessidades especiais e a processos de inclusão, inerentes à intervenção sócio-pedagógica do profissional da Educação Física, que integrem comunidade, ensino-pesquisa-extensão.			
Bibliografia Básica:			
CZERESNIA, Dina. Promoção da saúde? conceitos, reflexões, tendências . Editora Fiocruz, 2003. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Coord). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica . Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005. GORGATTI, M. G; COSTA, R. F. Atividade Física Adaptada . São Paulo: Manole, 2005. SANTI, Maria Célia de. Metodologia de ensino na saúde . Barueri: Manole, 2002.			
Bibliografia Complementar:			
BRACHT, V. et al. A Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, Desafios e			



Perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro : PROSUL, 2003.
 DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas : Autores Associados, 1995
 FARIA, J. L. **Programas de saúde**. São Paulo: Ática, 1999.
 GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**. São Paulo: Phorte, 2005.
 GEBARA A. et al. **Educação Física & Esportes: Perspectivas para o século XXI**. 10ª.ed., Campinas : Papyrus, 2003.
 HILDEBRANDT-STRAMANN, R. **Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física**. Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 2001. p. 99-110.
 KUNZ, E. **Educação Física: ensino & mudança**. Ijuí : Ujuí, 1991.
 LEITE, Paulo F. **Aptidão física, esporte e saúde**. São Paulo: Robe, 2000. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC. 2001.
 SCLIAR, Moacir. História do conceito de saúde. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007.

5º PERÍODO			
Componente Curricular		Cineantropometria	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Abordagem e discussão dos fundamentos históricos e socioculturais em medidas de avaliação do homem em movimento. Estudo dos elementos teórico-metodológicos, instrumentos e procedimentos adequados à realidade do professor de Educação Física no contexto do ensino e da pesquisa em cineantropometria. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
GUEDES, D. P., GUEDES, J. E. R. P. Manual prático para avaliação em Educação Física . Barueri: Manole, 2006. KISS, M. A. P. D. Esporte e exercício: avaliação e prescrição . São Paulo: Roca, 2003. MORROW JR., J. R., et. al. Medida e avaliação do desempenho humano . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. TRITSCHLER, K. Medida e Avaliação em Educação Física e Esporte de Barrow & McGee . Barueri: Manole, 2003.			
Bibliografia Complementar:			
CARR, G. Biomecânica dos esportes . São Paulo: Manole, 1998. GUEDES, D. P. Crescimento e Desempenho Motor de Crianças e Adolescentes . São Paulo: CLR Balleiro, 1997. HEYWARD, V.H.& STOLARCZYK, L.M. Avaliação da composição corporal . São Paulo. Manole, 2002. MARINS, J. B., GIANNICHI, R. S. Avaliação & Prescrição de Atividade Física . Rio de Janeiro: Shape Editora, 1996. PRETOSKI, E.L. (org). Antropometria: técnicas e padronizações . Porto Alegre: Palotti, 1999.			

Componente Curricular		Educação Física Escolar I – Educação Infantil e Ensino Fundamental	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
A construção do conhecimento e os fundamentos teórico-metodológicos da organização do processo de ensino da Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental. A tematização de brinquedos, brincadeiras, jogos, esportes e outras formas lúdicas da cultura corporal enquanto papel do professor. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
ABERASTURY, A. A criança e seus jogos . Porto Alegre : Artes Médicas, 1992. BRACHT, V. Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil . São Paulo : Moderna, 1996. BRACHT, V. Educação Física e Aprendizagem Social . Porto Alegre : Magister, 1992. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física . São Paulo : Cortez, 1992. KISHIMOTO, T. M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação . Petrópolis, RJ : Vozes, 1993. KUNZ, E. Educação Física: ensino & mudança . Ijuí : Ujuí, 1991.			
Bibliografia Complementar:			



ARAÚJO, V. C. **O jogo no contexto da educação psicomotora**. São Paulo : Cortez, 1992.
 KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo : Pioneira, 1994.
 KUNZ, E. (org.) **A didática da Educação Física 1**. Ijuí : Unijuí, 1998
 KUNZ, E. (org.) **A didática da Educação Física 2**. Ijuí : Unijuí, 2001.
 MELANI, R. **Motricidade Signica**. São Paulo : Discorpo, 12/97.
 OLIVEIRA, V. M. **Consenso e conflito da Educação Física brasileira**. Campinas : Papirus, 1994.
 TANI, G. (et. al.) **Educação Física Escolar**. São Paulo : Edusp/EPU, 1988.
 MACHADO, M. M. **O brinquedo sucata e a criança**. São Paulo : Loyola, 1994.

Componente Curricular	Ginástica Rítmica		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Estudo dos aspectos históricos, evolutivos da GR. Reconhecer os aspectos que envolvem a GR, como o local, as roupas, e os aparelhos. Desenvolvimento de metodologias para a aplicação dos movimentos corporais básicos, e as técnicas de manejo de cada aparelho. Conhecer metodologias para aplicação da GR nas escolas e fora dela. Estudo do código de Pontuação de GR. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.			
Bibliografia Básica:			
GAIO, R.. Ginástica Rítmica Desportiva popular: uma proposta educacional . São Paulo : Robe, 1996. PAOLIELLO, Elizabeth ; TOLEDO, Eliana de (Org.). Possibilidades da ginástica rítmica . São Paulo: Phorte, 2010. 436p. ISBN 9788576552475 MARTINS, S. Ginástica Rítmica Desportiva – aprendendo passo a passo . Rio de Janeiro : Shape, 1999.			
Bibliografia Complementar:			
SAUR, É. Ginástica Rítmica Escolar . São Paulo : Tecnoprint, 1970. BARROS, D. Os primeiros passos da Ginástica Rítmica . Rio de Janeiro : Grupo Palestra, 1980. BOTT, J. Ginástica Rítmica Desportiva . São Paulo : Manole, 1986. BRASIL. Confederação Brasileira de Ginástica . Código de Pontuação de Ginástica Rítmica. Rio de Janeiro, 1979. PALLARES, Z. Ginástica Rítmica . Porto Alegre : Tecnoprint, 1983. SCHMID, A. B.. Gymnasia Rítmica Deportiva . Barcelona, Espanha : Hispano Europea, S.A., 1985. VIEIRA, E. A. Ginástica Rítmica Desportiva . São Paulo : Ibrasa, sd.			

Componente Curricular	Estágio I: Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a (+60)
Ementa:			
A intervenção em educação física na educação infantil e ensino fundamental: planejamento e docência. Os princípios teóricos/metodológicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na escola. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.			
Bibliografia Básica:			
CURTISS, S. A alegria do movimento na pré-escola . Porto Alegre : Artes Médicas, 1998. KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte . Ijuí : Unijuí, 1994. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática? São Paulo : Cortez, 1994. VAYER, P. A criança diante do mundo . Porto Alegre : Artes Médicas, 1986.			
Bibliografia Complementar:			
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de educação física . São Paulo : Cortez, 1992. ENGUITA, M. A face oculta da escola . Porto Alegre : Artes Médicas, 1989. GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICO UFPE/UFMS. Visão didática da educação física . Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1991. LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo : Cortez, 1991.			



PEY, M. **Reflexões sobre a prática docente**. 2ª ed. São Paulo : Loyola, 1986.
PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas : Papyrus, 1991.
WIGGERS, I. D. (org.) **Ponto de encontro: ensaios da prática de ensino de educação física**. Florianópolis : UFSC, 1996.

Componente Curricular	Atividade Física para Populações Especiais		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Relação entre atividade física, aptidão física e saúde; epidemiologia das doenças crônicas e degenerativas não transmissíveis; estudo da prática de atividade física em condições e populações especiais, principais doenças crônicas não transmissíveis; impacto da atividade física na prevenção; benefícios das atividades motoras na promoção de saúde e no tratamento dessas doenças; ajustes e adaptações necessários na metodologia de treinamento.			
Bibliografia Básica:			
SIMÃO, R. Fisiologia e Prescrição de Exercício para Grupos Especiais . 3ª ed., Rio de Janeiro: Phorte, 2007. NIEMAN, D.C. Exercício e Saúde . 6ª ed. São Paulo: Manole. 2011. POLLOCK, M.L.; WILMORE, J.H. Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação . 2. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.			
Bibliografia Complementar:			
MARTINS, J.C.B. Avaliação Prescrição de Atividades Físicas: guia prático . 3ª ed. Rio de Janeiro: Shape. 2003. NAHAS, M. V. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo . Londrina: Midiograf, 2001. PAPALIA, D. E. Desenvolvimento Humano . 8ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2006. POLLOCK, M. L.; WILMORE, J. H. Exercícios na Saúde e na Doença: Avaliação e Prescrição para Prevenção e Reabilitação . 2ª ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.			

6º PERÍODO			
Componente Curricular	LIBRAS		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Estudo da história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas. A diferença entre linguagens e língua - implicações para a Língua Brasileira de Sinais. Abordagem dos aspectos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais: a fonologia, morfologia e sintaxe. Pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos teóricos e práticos da escrita do Surdo. O papel do professor de Educação física como agente de inclusão. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
CAPOVILLA, F. C., & RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira . São Paulo: Edusp, 2001. FILIFE, T. A. Libras em Contexto: curso básico , livro do professor e do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos surdos, MEC; SEESP, 2001.			
Bibliografia Complementar:			
ORLANDI, E.P. Identidade linguística escolar . In: SIGNORINI, I. (Org.). Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado . Campinas: Mercado de Letras, 2001.			

Componente Curricular	Pedagogia do Esporte		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Estudo teórico-prático de diferentes abordagens pedagógicas para o ensino do esporte em diferentes faixas etárias. O esporte como expressão de cultura e suas implicações para o ensino das modalidades esportivas coletivas e individuais.			
Bibliografia Básica:			
BRASIL. Esporte com identidade cultural: coletânea / organização Instituto Nacional de Desenvolvi-			



mento do Desporto. Publicações INDESP. Série Esportes de Criação Nacional, 1996.
GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolfo Novellino (Org.). **Iniciação esportiva universal**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José. **Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão**. São Paulo, SP: Phorte, 2009.

Bibliografia Complementar:

DAÓLIO, J. **Cultura educação física e futebol**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1997.
MAKARENKO, L. P. **Natação: seleção de talentos e iniciação esportiva**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.
PIRAGIBE, V.; FERRAZ, O. L. Formação continuada em educação física para professores de educação infantil: a técnica dos diários de aula. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte: Brazilian Journal of Physical Education and Sport**. São Paulo, SP, v.20,n.4, p.227-237, dez. 2006.

Componente Curricular	Educação Física Escolar II – Ensino Médio e EJA		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
A construção do conhecimento e os fundamentos teórico-metodológicos da organização do processo de ensino da Educação Física no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. O papel do professor e a tematização da cultura corporal de movimento com ênfase na qualidade de vida, saúde, lazer e meio ambiente. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
BRACHT, V. Educação Física e Aprendizagem Social . Porto Alegre : Magister, 1992. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física . São Paulo : Cortez, 1992. KUNZ, E. Educação Física: ensino & mudança . Ijuí : Uijuí, 1991. KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte . Ijuí, Unijuí, 1994.			
Bibliografia Complementar:			
BETTI, M. A janela de vidro: esporte, televisão e Educação Física . Capítulo 1: Cenário, Campinas: Papyrus, 1998. BRACHT, V. Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz . Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 1999. BRACHT, V. et al. A Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, Desafios e Perspectivas . Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003. FREIRE, J. B. Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física . São Paulo : Scipione, 1989. OLIVEIRA, V. M. de. Consenso e Conflito da Educação Física Brasileira . Campinas : Papyrus, 1994.			

Componente Curricular	Educação Física para Pessoas com Deficiência		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Estudo do processo evolutivo da educação especial, teorias e conceitos. Princípios da inclusão. Afecções da saúde e funcionalidade. Estudo dos métodos e das teorias inerentes as diferentes alterações no corpo humano relacionadas a deficiência física, sensorial e/ou psicomotora, tendo como objeto as ações pedagógicas na educação física e as possíveis contribuições que esta pode propiciar aos indivíduos nos diversos âmbitos de atuação.			
Bibliografia Básica:			
DUARTE, E.; LIMA, S.M.T. Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas . São Paulo: Guanabara Koogan, 2003. GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.) Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais . Barueri : Manole, 2005. WINNICK, J. P. (Editor). Educação física e esportes adaptados . 3ª ed. São Paulo : Manole, 2004.			
Bibliografia Complementar:			
ADAMS, R.; DANIEL, A.; Mc CUBBIN, J.. Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico . Trad. de Ângela Marx. 3.ed. São Paulo : Manole, 1985. FREITAS, P. S. Educação Física e Esporte para Deficientes . Uberlândia : UFU, 2000. FREITAS, P. S.; CIDADE, R. E. A. Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus . Uberlândia : Breda,			



1997.
 ROSADAS, S. C. **Atividade física adaptada e jogos esportivos para deficientes: Eu posso. Você duvidam?** Rio de Janeiro : Atheneu, 1989.
 ROSADAS, S. C.. **Educação Física e Prática Pedagógica: portadores de deficiência mental.** Vitória : UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1994.
 SCARPATO, M. (Org.). **Educação Física: como planejar as aulas na educação básica.** São Paulo : Avercamp, 2007.
 SHENKMAN, J. **Conviver com a deficiência física.** São Paulo : Scipione, 1994.

Componente Curricular		Voleibol	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Aspectos históricos. Voleibol no âmbito da Educação Física Escolar. Fundamentos técnicos. Sistemas de ataque e defesa. Regras oficiais e arbitragem do basquetebol. Preenchimento dos documentos oficiais de jogo. Scout.			
Bibliografia Básica:			
BAIANO, A. Voleibol: sistema e táticas. Rio de Janeiro : Sprint, 2009. BOJIKIAN, J. C. M. Ensinando Voleibol. 3ª ed. São Paulo: Phorte, 2012. SUVOROV, Y.P.; GRISHIN, O.N. Voleibol: iniciação - Volume I. 6ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2010. SUVOROV, Y.P.; GRISHIN, O.N. Voleibol: iniciação - Volume II. 6ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.			
Bibliografia Complementar:			
Livro de regras oficiais da modalidade. ARAÚJO, J. B. Voleibol Moderno: Sistema Defensivo. Rio de Janeiro : Palestra Sport, 1994. BIZZOCCHI, C. O voleibol de alto nível: da iniciação à competição. 3ª ed. Barueri : Manole, 2008. CAMPOS, L. A. S. Voleibol da escola. Jundiaí : Fontoura, 2006. COSTA, A. D. Voleibol: fundamentos e aprimoramento técnico. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. RIBEIRO, J. S. L. Conhecendo o Voleibol. 2ª ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2008. SANTINI, J. Voleibol Escolar: da iniciação ao treinamento. Canoas : Editora da ULBRA, 2007.			

Componente Curricular		Estágio II: Educação Física no Ensino Médio / EJA e Pessoas com Deficiência	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a (+60)
Ementa:			
Os princípios teóricos/metodológicos, para o planejamento e docência em educação física no Ensino Médio / Educação de Jovens e Adultos e na Educação Física para Pessoas com Deficiência. A elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação na escola. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.			
Bibliografia Básica:			
BRACHT, V. Educação Física e Aprendizagem Social. Porto Alegre : Magister, 1992. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo : Cortez, 1992. KUNZ, E. Educação Física: ensino & mudança. Ijuí : Uijuí, 1991. KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí, Unijuí, 1994. ADAMS, R.; DANIEL, A.; Mc CUBBIN, J. Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico. Trad. de Ângela Marx. 3.ed. São Paulo: Manole, 1985. GORGATTI, M. G; COSTA, R. F. Atividade Física Adaptada. São Paulo: Manole, 2005. MATSUDO. M. M. SANDRA. Avaliação do Idoso: Física e Funcional. 2º Ed. Londrina Midiograf, 2004. REIS P. C. Obesidade e Atividade Física. Revista Digital Buenos Aires ano 13 nº 130, março, 2009. RODRIQUES, S. L.; VIEGAS A. C.; LIMA, T. Efetividade da Reabilitação Pulmonar como Tratamento coadjuvante da doença pulmonar obstrutiva crônica. J. Pneumol 28. Mar.Abril de 2002. ROSADAS, S. C. Educação Física para Deficientes: Fundamentos da avaliação e aplicabilidade de programas sensoriais motores em deficientes. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Atheneu, 1991. SIMÃO R. Fisiologia e Prescrição de Exercício. Phorte, para grupos Especiais. São Paulo: 2004			



Bibliografia Complementar:

BETTI, M. **A janela de vidro: esporte, televisão e Educação Física.** Capítulo 1: Cenário, Campinas: Papyrus, 1998.

BRACHT, Valter. **Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz.** Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 1999.

BRACHT, V. et al. **A Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, Desafios e Perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física.** São Paulo : Scipione, 1989.

OLIVEIRA, V. M. de. **Consenso e Conflito da Educação Física Brasileira.** Campinas : Papyrus, 1994.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?** São Paulo : Cortez, 1994.

FREITAS, P. S. **Educação Física e Esporte para Deficientes.** Uberlândia: UFU, 2000.

GORLA, J. I. **Educação Física Especial: Testes.** Physical-Fisio: Rolândia-Pr, 1997.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?** São Paulo : Cortez, 1994.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes?.** São Paulo: Brasiliense, 1985

ROSADAS, S. C. **Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente: eu posso, vocês duvidam?** São Paulo: Atheneu, 1989.

WINNICK, J. **Educação Física e Esportes Adaptados.** São Paulo: Manole, 2004.

Componente Curricular		Trabalho de Conclusão de Curso I	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
O projeto de pesquisa. A definição do tema de pesquisa. A delimitação do tema, o estabelecimento dos objetivos e a construção da questão de pesquisa. O referencial teórico como subsídio. A metodologia, os métodos e técnicas aplicados aos diferentes temas. O relatório de pesquisa. A socialização dos resultados. O papel do professor pesquisador e a autonomia do processo formativo.			
Bibliografia Básica:			
DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.			
Bibliografia Complementar:			
ANDERY, M. A. P. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC, 1999.			
ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.			
BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.			
BRACHT, V. (et. AL.). Pesquisa em ação: educação física na escola. Ijuí : Ed. Unijuí, 2003.			
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.			
DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995			
D'ONOFRIO, S. Metodologia do trabalho intelectual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.			
THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. Métodos de pesquisa em atividade física. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.			
VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. de N. A. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.			

7º PERÍODO	
Componente Curricular	Administração, Marketing e Organização Esportiva



Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Administração e organização esportiva – conceitos e princípios; organização esportiva; tipos de liderança; estrutura administrativa; tipos de competição; organização e elaboração de tabelas e sistemas de jogos; elaboração de projetos. Conceitos, funções e aplicações do marketing no esporte e lazer. O papel do profissional de Educação Física com relação ao planejamento de marketing esportivo.			
Bibliografia Básica:			
CONTURSI, E. B. Organização de Competições – torneios e campeonatos. Rio de Janeiro: Sprint, 2007.			
REZENDE, J. R. Organização e Administração no Esporte . Rio de Janeiro: Sprint, 2000.			
REZENDE, J. R. Sistemas de Disputa para Competições Esportivas : torneios e campeonatos. São Paulo: Phorte, 2007.			
MELO NETO, F. P. Marketing esportivo e social . São Paulo: Phorte Editora, 1997.			
Bibliografia Complementar:			
CAPINUSSÚ, J. M. Administração Desportiva Moderna . São Paulo: IBRASA, 2002.			
CESCA, C. G. C. Organização de Eventos . 2ª ed. São Paulo: Summus, 1997.			
MEIRELLES, G. F. Tudo sobre Eventos . São Paulo: STS, 1999.			
MELO NETO, F. P. Projetos de Marketing Esportivo e Social . Londrina, PR: Midiograf, 1997.			
MELO NETO, F. P. Administração e Marketing de Clubes Esportivos . Rio de Janeiro: Sprint, 1998.			
MORALES, I. R. Liderança e Administração Esportiva . São Paulo: Ícone, 1997.			
POIT, D. R. Organização de eventos esportivos . Londrina: Midiograf, 1999.			
SANTOS, L. L. A organização de eventos na comunicação institucional: como transformar eventos corporativos em oportunidades de negócios . Rio de Janeiro, 1997.			
ZANELLA, L. C. Manual de Organização de Eventos . São Paulo: Atlas, 2006.			
AFIF, A. A bola da vez: o marketing esportivo como estratégia de sucesso . São Paulo: Editora Infinito, 2000			
ALMEIDA, C. J. M. SOUSA, M. M. A. e LEITÃO, S.S. (org.) Marketing esportivo ao vivo . Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000 .			
CONTURSI, E. B. Marketing Esportivo . Rio de Janeiro: Sprint Editora Ltda, 1996.			

Componente Curricular	Lazer e Recreação		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Aspectos históricos da recreação e do lazer. Conceituações e características do lazer e do tempo livre. Análise das políticas públicas de esporte de lazer. Apresentações práticas das dramatizações, teatros, marionetes, atividades recreativas e outras manifestações culturais humanas. Recreação e lazer para as diferentes faixas etárias e necessidades. Organização, planejamento e desenvolvimento de atividades recreativas em diferentes espaços.			
Bibliografia Básica:			
BRUHNS, H. T. Introdução aos Estudos do Lazer . Campinas, SP: UNICAMP, 1997.			
CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. Trabalhando com recreação . 3.ed. São Paulo : Ícone, 1998.			
DUMAZEDIER, J. Lazer e Cultura Popular . 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.			
MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer . 2. ed. Campinas : Autores Associados, 2000.			
Bibliografia Complementar:			
AWAD, H. Brinque, jogue, cante e encanto com a recreação . Jundiaí : Fontoura, 2004.			
BERKENBROCK, V. J. Jogos e diversões em grupo : para encontros, festas de família, reuniões, sala de aula e outras ocasiões. Petrópolis : Vozes, 2003.			
DE MASI, D. O ócio criativo . 6. ed. Rio de Janeiro : Sextante, 2000.			
DIECKERT, J. (Org.). Esporte de lazer: tarefa e chance para todos . Rio de Janeiro : Livro Técnico, 1984.			
GUEDES, M. H. S. Oficina da brincadeira . Rio de Janeiro : Sprint, 1998.			
GUERRA, M. Recreação e Lazer . 5ª ed. Porto Alegre: Sagra, 2005.			
MARCELINO, N. C. (Org.). Lúdico, educação e educação física . 2.ed. Ijuí : Unijuí, 2003.			
MARCELLINO, N. C. (Org.). Repertório de atividades de recreação e lazer : para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros. Campinas : Papyrus, 2002.			



WERNECK, C. H. G.; ISAYAMA, H. F. **Aprofundamento em lazer nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física no Brasil.** Coletânea, Univali: Balneário Camburiú, 2000, p. 92-103.

Componente Curricular	Treinamento Esportivo e Rendimento		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Evolução histórica e conceituação de treinamento esportivo. Princípios Científicos. Qualidades Físicas treináveis. Organização e Planejamento do Treinamento. Princípios da Periodização. Postura e considerações acerca do papel do treinador.			
Bibliografia Básica:			
BOMPA, T. O. A periodização no treinamento esportivo. São Paulo: Manole, 2001. TUBINO, M. J. G. Metodologia científica do treinamento desportivo. São Paulo: Lisa, 1979. WEINECK, J. Treinamento ideal. 9ª ed. São Paulo: Manole, 1999.			
Bibliografia Complementar:			
BARBANTI, V. J. Treinamento físico: bases científicas. 3ª ed. São Paulo: CLR Balieiro, 1996. DIAZ OTAÑEZ, J. Manual de entrenamiento. 3ª ed. Argentina: Ediciones Jado, 1988. VERKHOSHANSKI, Y. V. Treinamento desportivo: teoria e metodologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.			

Componente Curricular	Estágio III: Lazer e Recreação, Administração e Treinamento Esportivo		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a (+40)
Ementa:			
Estágio supervisionado em instituições públicas ou empresas privadas que possuem e/ou administram programas de recreação e lazer e de treinamento esportivo, para diferentes populações e faixas etárias. Os princípios teóricos/metodológicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação. Acompanhamento das ações profissionais contribuindo para a organização e suporte dos serviços prestados. Apresentação dos campos de trabalho para encaminhamento da pesquisa científica. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.			
Bibliografia Básica:			
BOMPA, T. O. A periodização no treinamento esportivo. São Paulo: Manole, 2001. GUERRA, M. Recreação e Lazer. 5ª ed. Porto Alegre: Sagra, 2005. MATTOS, M. G.; ROSSETO JUNIOR, A. J.; BLECHER, S. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa em Educação Física: construindo sua monografia, artigo e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2004. RIANI, D. C. Formação do professor: a contribuição dos estágios supervisionados. São Paulo: Lúmen, 1996. TUBINO, M. J. G. Metodologia científica do treinamento desportivo. São Paulo: Lisa, 1979.			
Bibliografia Complementar:			
MELO NETO, F. P. Administração e Marketing de Clubes Esportivos. Rio de Janeiro: Sprint, 1998. MORALES, I. R. Liderança e Administração Esportiva. São Paulo: Ícone, 1997. THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. Métodos de pesquisa em Atividade Física. Porto Alegre: Artmed, 2002. BARBANTI, V. J. Treinamento físico: bases científicas. 3ª ed. São Paulo: CLR Balieiro, 1996. DIAZ OTAÑEZ, J. Manual de entrenamiento. 3ª ed. Argentina: Ediciones Jado, 1988. VERKHOSHANSKI, Y. V. Treinamento desportivo: teoria e metodologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.			

Componente Curricular	Trabalho de Conclusão de Curso II		
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Aplicações práticas na pesquisa em Educação Física. Plataformas de busca. Análise de resultados quantitativos e qualitativos em estudos da Educação Física.			
Bibliografia Básica:			
DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			



MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar:

ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo: EDUC, 1999.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BRACHT, V. (et. AL.). **Pesquisa em ação: educação física na escola**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995

D'ONOFRIO, S. **Metodologia do trabalho intelectual**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. de N. A. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

8º PERÍODO			
Componente Curricular		Atividade Física, Saúde e Envelhecimento	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Estudo do processo de envelhecimento humano. Planejamento, organização e aplicação de metodologias para atividades físicas para os idosos. Avaliação e prescrição de atividades físicas para idosos, voltadas à manutenção da saúde e capacidade funcional.			
Bibliografia Básica:			
BARBOSA, R. M. S. P. Educação física gerontológica: saúde e qualidade de vida na terceira idade . Rio de Janeiro: Sprint, 2000.			
CORAZZA, M. A. Terceira idade e atividade física . São Paulo: Phorte, 2001.			
FERNANDES, F. S. As pessoas idosas na legislação brasileira . São Paulo: LTr, 1997.			
HERMÓGENES, J. Saúde na terceira idade . Rio de Janeiro: Record, 1998.			
HUTZ, A. Temas de geriatria e gerontologia . São Paulo: Fundo Editorial Byk – Prociencx, 1986.			
Bibliografia Complementar:			
LORDA, C. R.; SÁNCHEZ, C. D. Recreación para el trabajo social con tercera edad . Montevideú: NEXO SPORT, s.d.			
MELO, O. V. Aposentadoria: prêmio ou castigo . Passo Fundo: Gráfica e Editora P. Berthier, 1995.			
NASCIMENTO, J. R. Aprenda a curtir seus anos dourados: um manual que ensina a envelhecer sem envelhecer . 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.			
OKUMA, S. S. O idoso e a atividade física: fundamentos e pesquisa . Artmed: Papyrus, 1998.			
SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. Caminhos do envelhecer . Rio de Janeiro: Revinter, 1994.			
SOVA, R. Hidroginástica na terceira idade . São Paulo: Manole, 1998.			
VICINI, G. Abraço afetuoso em corpo sofrido: saúde integral para idosos . São Paulo: SENAC, 2006.			

Componente Curricular		Handebol	
Aula/semana	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Estudo do processo evolutivo da modalidade, dos fundamentos e regras do handebol. Aplicabilidade da fundamentação básica e regras na iniciação da aprendizagem do gesto e do jogo de handebol. Utilização do handebol como ferramenta educativa. Estudo das Implicações dos aspectos técnico-táticos do jogo como componentes da educação escolar. Postura do educador físico frente aos			



desafios educacionais. Treinamento esportivo e organização de competições.
Bibliografia Básica:
KASLER, H. Handebol: do aprendizado ao jogo disputado . Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1978. MELHEM, A. Brincando e aprendendo handebol . Rio de Janeiro : Sprint, 2002. ROTH, KLAUS <i>et al.</i> Manual de Handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes . São Paulo : Phorte, 2002.
Bibliografia Complementar:
CZERWINSKI, J. El balonmano: técnica, táctica y entrenamiento . Barcelona : Paidotribo, [19--]. HORTELAN, S. Handebol. Vídeo . São Paulo : SBJ Produções, 1997. SANTOS, A. L. P. Manual de mini-handebol . São Paulo : Phorte, 2003. SANTOS, L. R. G. Handebol: 1000 exercícios . 4ª ed. Rio de Janeiro : Sprint, 2004.

Componente Curricular	Estágio IV: Atividade Física e Saúde e Populações Especiais
Carga horária	80
Ementa:	
Os princípios teóricos/metodológicos para o planejamento e intervenção em contextos de trabalho voltados à atividade física e saúde e para populações especiais. Os princípios teóricos/metodológicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos de atuação. O papel do professor crítico-reflexivo e a autonomia do seu processo formativo.	
Bibliografia Básica:	
BRITO, C. L. C. Consciência corporal: repensando a educação física . Rio de Janeiro: Sprint, 1996. GUEDES, D. P., GUEDES, J. E. R. P. Exercício físico na promoção da saúde . Londrina: Midiograf, 1995. KATCH, F. & McARDLE, W. D. Nutrição, Exercício e Saúde . Rio de Janeiro: MEDSI, 1996. KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas . São Paulo, Editora Perspectiva. 5ª edição, 1997. LOVISOLO, H. Atividade Física, Educação e Saúde . Rio de Janeiro: Sprint, 2000. TUBINO, M. J. G. As teorias da educação física e do esporte: uma abordagem epistemológica . São Paulo: Manole, 2002.	
Bibliografia Complementar:	
ASSUMPÇÃO, F. B., KUCZYNSKI, E., SPROVIERI, M. H., et al. Escala de Avaliação de Qualidade de Vida . Arquivo Neuropsiquiatria, v. 58, n.1, março, 2000. MATTOS, M. G.; ROSSETO JUNIOR, A. J.; BLECHER, S. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa em Educação Física: construindo sua monografia, artigo e projeto de ação . São Paulo: Phorte, 2004. MINAYO, M. C. S., HARTZ, Z. M. A., BUSS, P. M. Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário . Ciência & Saúde Coletiva. v. 5, n. 1, p.7-18, 2000.	

Componente Curricular	Lutas		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Aborda a identificação das lutas como manifestações da cultura corporal de movimento com ênfase nos aspectos sócio-históricos. Trata dos aspectos técnicos de alguns golpes básicos e analisa os elementos normativos que envolvem diferentes modalidades de lutas. Os elementos teórico-metodológicos das lutas para o ensino na Educação Física.			
Bibliografia Básica:			
DUNCAN, O. Karatê sem Mestre para Principiantes . Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. SILVA, J. M. A linguagem do corpo na Capoeira . Rio de Janeiro: Sprint, 2003. TEGNER, B. Guia Completo de Lutas . Rio de Janeiro: Record			
Bibliografia Complementar:			
BAPTISTA, C. F. Judô: da escola à competição . 3ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003. DAOLIO, J. Educação Física e o conceito de cultura . Campinas, SP : Editores Associados, 2004. OKINAWA, T. Kiai! Porto Alegre : Rigel, 1996. TEGNER, B. Guia completo de Judô . 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. TEGNER, B. Guia completo de Karatê . 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.			



Componente Curricular		Primeiros Socorros	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
O estudo do conceito de primeiros socorros. Os tipos de acidente e os procedimentos que cabem ao professor de Educação Física: choque elétrico, queimadura e ferimento, mordida e picada, tontura, desmaio e convulsão, entorse, contusão e fratura, hemorragias, bandagem, imobilização e transporte. A construção da autonomia acadêmico-científica.			
Bibliografia Básica:			
BREM, Q.H et al. Primeiros Socorros para estudantes . São Paulo. 7ª ed. Ed. Manole, 2002.			
FLEGEL, M.J. Primeiros Socorros no Esporte . Ed. Manole. São Paulo, 2002 (tradução: LOPES, F.A. – UNICAMP – 2002).			
NOVAES J. da S. e NOVAES, G. da S. Manual de primeiros socorros para educação física . Rio de Janeiro : SPRINT, 1994.			
Bibliografia Complementar:			
ARNHEIM, D. D. e PRENTICE W. E. Princípios de treinamento atlético . Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2002.			
KNIGHT, K. Crioterapia no tratamento das lesões esportivas . São Paulo : Manole, 2000.			
LEAVEL, H.R., CLARK, E.G. Medicina Preventiva . Rio de Janeiro: McGraw-Hill do Brasil, 1976.			
MOTA, J. Educação Física e saúde: Que finalidades? Desporto, saúde e bem estar . Lisboa: Universidade do Porto: Actas, 1990.			
SILVA JUNIOR, L. I. Manual de bandagens esportivas . Rio de Janeiro : SPRINT, 1999.			

Componente Curricular		Seminário em Educação Física	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
A elaboração do relatório de pesquisa e a socialização dos resultados. O papel do professor pesquisador e a autonomia do processo formativo.			
Bibliografia Básica:			
DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.			
Bibliografia Complementar:			
ANDERY, M. A. P. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica . São Paulo: EDUC, 1999.			
ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.			
BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos de metodologia científica . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.			
BRACHT, V. (et. AL.). Pesquisa em ação: educação física na escola . Ijuí : Ed. Unijuí, 2003.			
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica . 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.			
DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995			
D'ONOFRIO, S. Metodologia do trabalho intelectual . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 9. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.			
THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. Métodos de pesquisa em atividade física . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.			
VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. de N. A. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.			

Optativas I			
Componente Curricular		Comunicação Oral e Escrita	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			



Textualidade. Habilidades, estratégias, aspectos cognitivos e metacognitivos da leitura. Tipologia textual. Recepção e produção textual. Redação acadêmica.
Bibliografia Básica:
CÂMARA, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa . 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 3. ed., rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação . 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.
_____. Para entender o texto: leitura e redação . 16. ed. São Paulo: Ática, 2005.
GERALDI, João Wanderley (Org.). O texto na sala de aula . São Paulo: Ática, 1997.
_____. Portos de passagem . São Paulo: Martins Fontes, 1997.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos . 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
_____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2002.
MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Significação e contexto: uma introdução a questão de semântica e pragmática . 2. ed. Florianópolis: Insular, 2000.
SIGNORINI, Inês (Org.). Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento . Campinas: Mercado de Letras, 2001.
Bibliografia Complementar:
BORBA, Francisco S. Dicionário de usos do português do Brasil . São Paulo: Ática, 2002.
CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa: (com numerosos exercícios) . 40 ed. São Paulo: Nacional, 1997.
GALLO, Solange Maria Ledda. Como o texto se produz: Uma perspectiva discursiva . Blumenau: Nova Letra, 2008.
MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2008.
POSSENTI, Sírio. Por que não ensinar gramática na escola . São Paulo: Mercado de Letras, 2000.

Componente Curricular	Língua Inglesa		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Introdução e prática das estratégias de leitura e escrita na Língua Inglesa, a fim de promover a compreensão de textos científicos na língua alvo. Técnicas de leitura: Skimming, Scanning, Prediction, Selectivity, Flexibility, uso do dicionário e a relação entre as palavras, cognatos e falsos cognatos, prefixação e sufixação.			
Bibliografia Básica:			
DICIONÁRIO Larousse Ática: inglês - português e português - inglês. São Paulo: Ática, 2001.			
HORNBY, A. S.. Oxford, Advanced Learner's dictionary: of current english . 6. ed. New York:Oxford University Press, 1995.			
MURPHY, R.. English grammar in use . 2 ed. New York: Cambridge, 1997			
Bibliografia Complementar:			
BARBANTI, V. Dicionário de Educação Física e Esporte . 2ª. Barueri, SP : Ed. Manole, 2003.			
EDIGER, A.; PAVLIK, C.. Reading connections: skills and strategies for purposeful reading . New York: Oxford, 2000.			
GONZÁLEZ, F. J. FENSTERSEIFER, P. E. Dicionário crítico de educação física . Ijuí "Ed. Unijuí, 2005			
GRELLET, F. Developing Reading Skills: a practical guide to reading comprehension exercises . New York: Cambridge University Press, 1998.			
LEFFA, V. J. Aspectos da leitura . Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.			

Componente Curricular	Informática Aplicada		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa: Conceitos básicos de informática, internet e correio eletrônico. Utilização de processador de textos. Criação de apresentações e planilhas eletrônicas. O papel das tecnologias de informação e			



comunicação no novo cenário educacional do mundo globalizado. Possibilidades de utilização de recursos de informática na área de atividade física: gestão e ensino. Softwares aplicados a atividade física.

Bibliografia Básica:

BERG, A.C. AMARAL, J.D. STREIBEL, M. A Informática e Suas Aplicações em Educação Física. <http://www.inf.ufsc.br/sbc-ie/revista/nr4/062RS-berg.htm>
BRAGA, William. Informática Elementar 2ed: Windows Xp, Word 2003 e Excel 2003. Alta Books. 2007.
MORIMOTO, Carlos Eduardo. Linux - Entendendo o Sistema - Guia Prático. Sulina. 2005.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, L. FERNANDES FILHO, J. Efeito Dose Resposta de um Programa de Treinamento de Força Sobre a Composição Corporal: Um Estudo Comparativo em Homens com Diferentes Idades. http://www.sanny.com.br/pdf_eventos_conaff/Resumo23.pdf
STANEK, WILLIAM R. Windows XP Profissional. Bookman. 2006.
BRAGA, WILLIAM. Informática Elementar Open Office 2.0. Alta Books. 2007.
MANZANO, ANDRE LUIZ. Estudo Dirigido de Microsoft Office Excel 2003. Erica. 2003.

Componente Curricular	Bioquímica		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa: Estrutura e propriedades das Proteínas, Enzimas, Ácidos Nucléicos, Carboidratos, Lipídeos, Vitaminas e Biominaerais. Metabolismo de carboidratos e lipídeos. Síntese e metabolismo de proteínas. Métodos e técnicas de análise em bioquímica. Análise qualitativa e verificação de propriedades dos carboidratos, lipídeos e proteínas.			
Bibliografia Básica:			
LEHNINGER, A. Princípio de Bioquímica. Vol. 1, 2 e 3. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blucher LTDA, 1998. JOSÉ R. CISTERNAS – JOSÉ VARGA – OSMAR MONTE. Fundamentos de Bioquímica Experimental. Editora Ateneu – 2ª edição – 1999. Bioquímica I: Guia de Trabalhos Práticos.			
Bibliografia Complementar:			
CISTERNAS. J. Fundamentos de Bioquímica Experimental. Editora Atheneu, 2ª ed. 1999. CHAMPE, P. Bioquímica ilustrada. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. HARPER, H. A. Manual de Química Fisiológica. São Paulo: Editora, 1982. STRYER - Bioquímica - Editora Reverté, Madrid VIEIRA, E. C. Bioquímica Celular. São Paulo: Atheneu, 1983. WHITE, A. Princípios de Bioquímica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1976.			

Componente Curricular	Biomecânica		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa: Estudo mecânico do movimento humano, englobando a física e a mecânica aplicada aos sistemas biológicos para espaço e sua interação com o campo da educação física e esporte.			
Bibliografia Básica:			
HALL, Susan J. Biomecânica Básica . 5ª ed. Rio de Janeiro: Manole, 2009. HAMILL, Joseph.; KNUTZEN, Kathleen M. Bases Biomecânicas do Movimento Humano . 3º ed. São Paulo: Phorte Editora, 2012. MARCHETTI, Paulo; CALHEIROS, Ruy e CHARRO, Mário Biomecânica Aplicada . São Paulo: Phorte Editora, 2007.			
Bibliografia Complementar:			
CALAIS-GERMAIN Anatomia para o Movimento: Bases de Exercícios . Vol. 2 1ª ed. São Paulo: Manole, 2010 EVERETT, Aaberg Mecânica dos Músculos . 2ª ed. Rio de Janeiro: Manole, 2008. CARPENTER, Carlos Sandro Biomecânica . Rio de Janeiro: Sprint, 2005. OKINO, Emico; FRANTIN, Luciano Desvelando a Física do Corpo Humano . São Paulo: Manole, 2007. ZATSIORSKY, Vladimir M. Biomecânica no Esporte: Performance do Desempenho e Prevenção de Lesão . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.			



Componente Curricular		Políticas Públicas de Esporte e Lazer	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
O desenvolvimento histórico das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. O panorama atual do esporte e lazer e as esferas federal, estaduais e municipais. A elaboração de propostas de políticas articuladas de esporte e lazer.			
Bibliografia Básica:			
BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.			
DEMO, Pedro. Desenvolvimento e política social no Brasil . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1978.			
GUERRA, M. Recreação e Lazer . 5ª ed. Porto Alegre: Sagra, 2005.			
Bibliografia Complementar:			
BRUHNS, H. T. Introdução aos Estudos do Lazer . Campinas, SP: UNICAMP, 1997.			
DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e cultura popular . São Paulo: Perspectiva, 2000.			
LIÃO JR., Roberto. Políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal, 1995-1998 . Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas: CBCE; Autores Associados; Ministério do Esporte. V. 24, n. 3, 2003.			
MASCARENHAS, Fernando. Lazer como prática da liberdade . 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.			
PINHEIRO, Maria Francisca Coelho. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização . Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas: CBCE; Autores Associados; Ministério do Esporte. V. 24, n. 3, 2003.			

Componente Curricular		Educação e Sustentabilidade	
Aulas/semana:	2	Carga horária	40h/a
Ementa:			
Abordagem histórica do desenvolvimento global e regional enquanto processo que integra as dimensões sociais, políticas, culturais, ambientais, éticas e econômicas, tomando-se o campo da educação fornecedor de referenciais epistemológico, teórico e metodológico para problematizar o desenvolvimento orientado pela sustentabilidade. Políticas Nacionais de Educação Ambiental.			
Bibliografia Básica:			
GONÇALVES, R. A.; VIERO, L. M. D.; ORTIZ, A. C. M. (Org.). Desafios da educação na sociedade de consumo . Santa Maria: UNIFRA, 2007. 250 p.			
GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação . 5. ed. São Paulo: Papirus, 2003. 104 p.			
PRADO, C.G.F. Ecopedagogia e Cidadania Planetária . São Paulo. Instituto Paulo Freire, 2000.			
Bibliografia Complementar:			
AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1992. Brasília, Senado Federal.			
BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 . Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.			
BRASIL. Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 . Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.			
GUEVARA, J.H. Conhecimentos, cidadania e meio ambiente . São Paulo, Petrópolis, 1998.			
GADOTTI, M. Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável . In: Torres, C.A. org. Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI . CLACSO, Buenos Aires, 2001.			
INSTITUTO ECOFUTURO A vida que a gente quer depende do que a gente faz: propostas de sustentabilidade para o planeta . São Paulo, 2007.			
PEREIRA, A. B. Aprendendo ecologia através da educação ambiental . Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1993. 94 p.			
TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia Helena (Org.). Avaliando a educação ambiental no Brasil: Materiais impressos . São Paulo: Gaia, 1996. 226 p.			

OPTATIVA II	
Componente Curricular	Esportes de Raquetes



Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Estudo teórico-prático dos Esportes de Raquete. Concepção e evolução. História e Regras. Procedimentos pedagógicos para o ensino. Iniciação nos esportes de raquetes.			
Bibliografia Básica:			
S. STUCCHI, Tênis de Campo. Movimento e Percepção - v.7, no 10, jan.jun.2007. S. STUCCHI, Tênis de Campo II. Movimento e Percepção - v.8, no 11, jul.dez.2007. Última revisão: maio/2011 F. E. B. CAMARGO, Aprendendo o Tênis de Mesa Brincando. Piracicaba 1999. Manual de Instruccion de Badminton, Confederacion Panamericana de Badminton.			
Bibliografia Complementar:			
S. STUCCHI, "O jogo de Tênis da Escola: Uma Tentativa de Popularização e Inclusão no Conteúdo da Educação Física Escolar". Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 1993. D. L. GALLAHUE, Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. Editora Phorte, São Paulo, 2005.			

Componente Curricular	Esportes Urbanos e de Aventura na Natureza		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Abordagem e discussão dos fundamentos históricos, socioculturais, filosóficos, técnicos e táticos dos esportes urbanos e de aventura. Estudo da evolução das diferentes modalidades do esporte urbano e de aventura. Trabalho com os elementos teórico-metodológicos destes esportes, bem como a prática no ambiente escolar.			
Bibliografia Básica:			
UVINHA Ricardo R. Juventude, Lazer e Esportes Radicais . São Paulo: Manole: 2001. COSTA, V. L. M. Esporte de Aventura e Risco na Montanha: Um mergulho no imaginário . São Paulo: Manole, 2000. SERRANO C. M. T. & BRUHNS H. T. Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente . 6ª. ed. Campinas-SP, Papyrus: 2003.			
Bibliografia Complementar:			
SANTIN, S. Educação física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento . 3. ed. Porto Alegre: GONÇALVES, M. A. S. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação . Campinas: Papyrus, 1994. HILDEBRANDT-STRAMANN, R. Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física . Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. p. 99-110. KUNZ, E. Educação Física: ensino & mudança . Ijuí : Ujuí, 1991. MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.			

Componente Curricular	Ginástica Laboral		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
Princípios e aplicações práticas. Aspectos da promoção e manutenção da saúde do indivíduo no trabalho. Principais métodos de avaliação. Diagnosticar os problemas de saúde relacionados ao esforço repetitivo. Prescrição de exercício físico no ambiente de trabalho. Formas de implantação.			
Bibliografia Básica:			
LIMA, V. Ginástica laboral e atividade física no ambiente de trabalho . São Paulo: Phorte, 2003. MENDES, Ricardo Alves; LEITE, Neiva. Ginástica Laboral: princípios e aplicações práticas . Barueri, SP: Manole, 2004. POLITO, E.; BERGAMASCHI, E.C. Ginástica Laboral – Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Sprint, 2002.			
Bibliografia Complementar:			
CANDOTTI, C. T.; STROSCHEIN, R.; NOLL, M. Efeitos da ginástica laboral na dor nas costas e nos hábitos posturais adotados no ambiente de trabalho. Rev. Bras. Ciênc. Esporte , Set 2011, vol.33, no.3, p.699-714.			



GRANDE, A. J. *et al.* Comportamentos relacionados à saúde entre participantes e não participantes da ginástica laboral. **Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.** Abr 2011, vol.13, no.2, p.131-137.
 MARTINS, C. O. *Ginástica Laboral no Escritório*. 2ª ed. São Paulo: Fontoura, 2001.
 TIRLONI, A. S.; MORO, A. R. P. Interferência do vestuário no desempenho, na amplitude de movimento e no conforto na ginástica laboral. **Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.**, Dez 2010, vol.12, no.6, p.443-450.

Componente Curricular		Medidas e Avaliação na Escola	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
A avaliação física no contexto educacional. Funções e modalidades da avaliação. Noções básicas das etapas da avaliação: coleta, organização e análise dos dados. Noções básicas sobre prescrição e orientação de exercícios físicos para crianças, jovens e adultos.			
Bibliografia Básica:			
CARNAVAL, Paulo Eduardo. Medidas e avaliação em ciências do esporte . Rio de Janeiro: Sprint, 1995.			
FERNANDES FILHO, José Flôres. A prática da avaliação física: testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica . Rio de Janeiro: Shope, 1999.			
PITANGA, Francisco José Gondim. Testes, medidas e avaliação em educação física e esportes . 3.ed. São Paulo: Phorte, 2004.			
SILVA, Ceres Santos da. Medidas e avaliação em educação . Petrópolis: Vozes, 1992.			
Bibliografia Complementar:			
GRONLUND, Norman Edward. A elaboração de testes de aproveitamento escolar . São Paulo: EPU, 1974.			
JOLIBOIS, Robert Pierre. A iniciação desportiva da infância à adolescência . São Paulo: Estampa, 1977.			
McARDLE, W.; KATCH, F.I.; KATCH, V. Fisiologia do Esforço . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.			
MEDEIROS, Ethel Bauzer. Manual de medidas e avaliação . Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.			

OPTATIVA III			
Componente Curricular		Formação de Professores	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:			
A profissão docente e seus desafios históricos. Os saberes envolvidos na prática da docência. Os processos formativos do professor.			
Bibliografia Básica:			
GAUTHIER, Clarence. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente . 2ª Ed. Unijuí, 2006			
PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência . 6ª Ed. Cortez, 2011.			
TARDIFF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional . 9ª Ed. Vozes, 2008.			
Bibliografia Complementar:			
BRACHT, V. et al. A Educação Física no Brasil e na Argentina: Identidade, Desafios e Perspectivas . Autores Associados, 2003.			
MARQUES, Mário Osório. Formação do Profissional da Educação . 4ª Ed. UNIJUÍ, 2003.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde . HUCITEC, 1992.			
PIMENTA, Selma Garrido. G.(org), Saberes Pedagógicos e Atividade Docente . 7ª Ed. Cortez, 2009.			
VAZ, Alexandre Fernandes (org.). Educação do Corpo e Formação de Professores: Reflexões sobre a Prática de Ensino de Educação Física . 1ª Ed. UFSC, 2002			

Componente Curricular		Métodos e Técnicas de Ensino	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a



Ementa:
As tendências pedagógicas da prática escolar no ensino de Educação Física na Educação Básica. Os princípios unificadores do trabalho docente. Os métodos e técnicas para a organização do processo de ensino e aprendizagem da Educação Física nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica.
Bibliografia Básica:
BRACHT, Valter. Educação Física e Aprendizagem Social . Porto Alegre : Magister, 1992. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física . São Paulo : Cortez, 1992. DARIDO, Suraya Cristina. Apresentação e análise das principais abordagens da Educação Física Escolar . Revista Brasileira de Ciências do Esporte 20 (1), 09/98.
Bibliografia Complementar:
KUNZ, Elenor. Educação Física: ensino & mudança . Ijuí : Ujuí, 1991. BRACHT, Valter. Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz . Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 1999. KUNZ, Elenor (org.). A didática da Educação Física 1 . Ijuí : Unijuí, 1998 KUNZ, Elenor (org.). A didática da Educação Física 2 . Ijuí : Unijuí, 2001. MOSSTON, Muska. La Enseñanza de la Educacion Fisica . Barcelona, Espanha : Editorial Paidós, 1988

Componente Curricular	Gestão de Eventos		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa:	Planejamento e análise das estruturas organizacionais e administrativas para organização de eventos. Organização, administração, execução e controle nos eventos esportivos.		
Bibliografia Básica:	CONTURSI, E. B. Organização de Competições – torneios e campeonatos . Rio de Janeiro: Sprint, 2007. REZENDE, J. R. Organização e Administração no Esporte . Rio de Janeiro: Sprint, 2000. REZENDE, J. R. Sistemas de Disputa para Competições Esportivas: torneios e campeonatos . São Paulo: Phorte, 2007.		
Bibliografia Complementar:	CAPINUSSÚ, J. M. Administração Desportiva Moderna . São Paulo: IBRASA, 2002. CESCA, C. G. C. Organização de Eventos . 2ª ed. São Paulo: Summus, 1997. MEIRELLES, G. F. Tudo sobre Eventos . São Paulo: STS, 1999. MELO NETO, F. P. Projetos de Marketing Esportivo e Social . Londrina, PR: Midiograf, 1997. MELO NETO, F. P. Administração e Marketing de Clubes Esportivos . Rio de Janeiro: Sprint, 1998. MORALES, I. R. Liderança e Administração Esportiva . São Paulo: Ícone, 1997. POIT, D. R. Organização de eventos esportivos . Londrina: Midiograf, 1999. SANTOS, L. L. A organização de eventos na comunicação institucional: como transformar eventos corporativos em oportunidades de negócios . Rio de Janeiro, 1997. ZANELLA, L. C. Manual de Organização de Eventos . São Paulo: Atlas, 2006.		



Componente Curricular	Psicologia do Esporte		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a

Ementa:

Estudos dos fenômenos psicológicos que ocorrem com o indivíduo no esporte e na escola. Ansiedade, atenção e concentração do desportista. Intervenção psicológica para a melhoria do rendimento. A atuação da psicologia com atletas lesionados. Instrumentos do trabalho na psicologia do esporte.

Bibliografia Básica:

CRATTY, B. J. **Psicologia do Esporte**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1983
SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte**. São Paulo: Manole, 2002.
MACHADO, A.A. **Educação Física no Ensino Superior: Psicologia do Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia Complementar:

BECKER, Jr. **Manual de Psicologia do Esportes e Exercício**. Porto Alegre: Nova Prova, 2000
MOSQUERA J; STRABUS C. **Psicologia do Desporto**. Porto Alegre: UFRGS, 1984.
FEIJÓ, G. **Psicologia Para o esporte: Corpo e movimento**. Rio de Janeiro. Shape. 1998.
SINGER, R. **Psicologia dos Esportes: Mitos e verdades**. São Paulo: Harbra, 1977.

Componente Curricular	Captação de Recursos		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a

Ementa:

As Políticas Públicas de Incentivo ao Esporte e ao Lazer. As linhas de Financiamento do Esporte e Lazer. A elaboração de projetos de Captação de Recursos. A Gestão de Recursos Públicos. A prestação de contas.

Bibliografia Básica:

FILHO, Álvaro Melo. **Nova Lei Pelé: Avanços e Impactos**. 1ª Ed. Editora Maquinária, 2011.
MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP : Autores Associados, 2001.
REZENDE, José Ricardo. **Manual completo da Lei de Incentivo ao Esporte**. 3ª Ed. 2ª tiragem, Editora all Print, 2011.

Bibliografia Complementar:

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. São Paulo: Gente, 2002.
REIN, Irving. **Marketing esportivo: a reinvenção do esporte na busca de torcedores**. Porto Alegre : Bookman, 2008.
SANTOS, Boaventura S. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
SIMSON, Vyv e JENNINGS, Andrew. **Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas olimpíadas moderna**. São Paulo: Editora Best Seller, 1992.
WATT, David C. **Gestão de Eventos em Lazer e Turismo**. Porto Alegre : ARTMED, s/d.

Componente Curricular	Direito Esportivo		
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a

Ementa:

Sistema desportivo internacional e nacional. Política nacional de educação física e desportos. Legislação Esportiva, infrações e medidas disciplinares. Doping no esporte.

Bibliografia Básica:

DE BEM, Leonardo Schmitt. **Direito Penal Desportivo**. 1ª Ed. Editora Quartier latin, 2009.
GOMES, Luiz Flávio (org.) **Estatuto do Torcedor Comentado**. 1ª Ed. Editora dos Tribunais, 2011.
REZENDE, José Ricardo. **Código Brasileiro de Justiça Desportiva**. 1ª São Paulo, SP : Ed. Editora All Print, 2010.

Bibliografia Complementar:

EZABELLA, Felipe Legrazie. **O direito Desportivo e a Imagem do Atleta**. 1ª Ed. Editora Thompson/IOB, 2006.
FILHO, Álvaro Melo. **Nova Lei Pelé: Avanços e Impactos**. 1ª Ed. Editora Maquinária, 2011.
OLIVEIRA, James Eduardo. **Código de Defesa do Consumidor: Anotado e comentado, doutrina e jurisprudência**



dência. 5ª Ed. Editora Atlas, 2011.
RAMOS, Rafael Teixeira. **Direito Desportivo Trabalhista**. 1ª Ed. Editora Quartier Latin, 2010.
SILVA, Eduardo Augusto Viana da. **O Poder no desporto**. 1ª Ed. Editora Lumen Juris, 2006.

Componente Curricular		Organização do Trabalho Pedagógico	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa: O Estado brasileiro e as políticas educacionais nos seus aspectos sócio-históricos. O Projeto Político Pedagógico da escola. Teoria das organizações e da administração escolar: determinantes sócio-culturais. O papel do professor de Educação Física na organização da escola.			
Bibliografia Básica: GADOTTI, M. Organização do trabalho na escola : alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993. LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola : teoria e prática. 3. Ed. Goiânia: Alternativa, 2002. PIMENTA, S. G. A organização do trabalho na escola . São Paulo: Cortez, 1988. SAVIANI, D. A nova lei da educação : trajetórias, limites e perspectiva. Campinas - SP: Autores associados, 1997. SILVA JÚNIOR, J. dos R. Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC . São Paulo: Xamã, 2002.			
Bibliografia Complementar: COSTA, V. L. C. (org.). Descentralização : novas formas de coordenação e financiamento. 2. Ed. São Paulo, Co-edição Fundap. Cortez, 2001. FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: Revista Brasileira de Educação . v. 16. n. 46. São Paulo. Jan/Abri. 2011. p. 235-274. SAVIANI, D. Educação Brasileira : estrutura e sistema. 8. Ed. Campinas - SP: Autores associados, 2000. SAVIANI, D. Da nova LDB ao Fundeb por uma Outra Política Educacional . 6ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. SILVA JÚNIOR, C. A escola pública como local de trabalho . São Paulo: Cortez, 1992. VALLE, B. B. R.; LEITE, A. M. A. Políticas Públicas em Educação . IESDE Brasil: Curitiba, 2009.			

Componente Curricular		Periodização do Treinamento Esportivo	
Aulas/semana:	4	Carga horária	80h/a
Ementa: Compreensão do processo de treinamento desportivo por meio do estudo da performance humana, sobretudo no tocante às capacidades motoras envolvidas na prática físico-desportiva, planejamento e controle da intensidade e do volume do trabalho, métodos de treinamento físico e técnicas para avaliação. Desenvolve competências práticas no âmbito das preparações do treinamento, controle de intensidades e periodização do treinamento.			
Bibliografia Básica: BOMPA, T. Periodização: Teoria e Metodologia do Treinamento . São Paulo: Phorte, 2001. MATVEIEV, L. P. Treino Desportivo – Metodologia e Planejamento . São Paulo: Phorte, 2001. PLATONOV, V. N.; BULATOVA, M. M. A preparação física . Rio de Janeiro: Sprint, 2003.			
Bibliografia Complementar: BARBANTI, V. J. Teoria e Prática do Treinamento Desportivo . São Paulo: Edgard Blucher, 1997. DANTAS, E. H. M. <i>et al.</i> Adequabilidade dos principais modelos de periodização do treinamento esportivo. Rev. Bras. Ciênc. Esporte , Jun 2011, vol.33, no.2, p.483-494. VERKOSHANSKI, Y. V. Treinamento Desportivo . Porto Alegre: ArtMed, 2001. VIVEIROS, L. <i>et al.</i> Monitoramento do treinamento no judô: comparação entre a intensidade da carga planejada pelo técnico e a intensidade percebida pelo atleta. Rev. Brás. Med. Esporte , Ago 2011, vol.17, no.4, p.266-269. WEINECK, J. Treinamento Ideal . São Paulo: Manole, 2002.			

3.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO



A produção de um Trabalho de Conclusão do Curso é requisito fundamental para a obtenção do título auferido pelo Curso de Licenciatura em Educação Física, e deve refletir o trabalho realizado a partir do segundo período, no âmbito do componente curricular Metodologia de Estudo e Pesquisa, em que a instrumentalização preliminar para despertar a curiosidade acadêmico-científica será enfatizada, mas que permeará todas as disciplinas que ocorrem no desenvolvimento do curso.

Este processo será aprofundado no sexto período, no âmbito do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, quando a temática será delimitada, dando início a um projeto de investigação científica, a partir de um objeto específico, alvo da curiosidade acadêmica dos professores em formação.

Este projeto se desenrola até o oitavo semestre, quando os acadêmicos deverão apresentar os resultados do processo investigativo desenvolvido em forma de monografia ou artigo científico, vinculado ao componente curricular Seminário em Educação Física.

A regulamentação deste processo consta no anexo II, no qual estão indicadas as informações relacionadas a ele, como a dinâmica, as responsabilidades, as tipologias de trabalhos e os critérios de aprovação.

3.11 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares têm uma regulamentação própria (anexo III) e compreendem as atividades que contribuem com o processo formativo do acadêmico na área, constando de atividades de ensino, pesquisa e extensão validadas a partir de um quadro de orientação, com cargas horárias distribuídas de forma equânime.

A instituição e o curso têm o compromisso de oferecer os mais diferentes tipos de atividades complementares, envolvendo professores, acadêmicos e comunidade, mas também divulgar e incentivar a participação em eventos e



atividades promovidas em outros contextos e que contribuam para a formação ofertada.

4 CORPO DOCENTE

4.1 CARACTERÍSTICAS DO CORPO DOCENTE

A partir do exposto, a configuração atual é a que está na planilha a seguir, que poderá ser alterada a medida do ingresso de novos docentes.

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo de experiência de magistério superior e experiência profissional
Alexandre Collares Baiocchi	Mestre	20h	Ensino Superior - 6 anos Experiência Profissional – 14 anos
Aluísio Menin Mendes	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 17 anos Experiência Profissional – 21 anos
Cezar Grontowski Ribeiro	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 10 anos Experiência Profissional – 16 anos
Elaine Pólo Fortunato	Especialista	20h	Ensino Superior - 3 anos Experiência Profissional – 5 anos
Evandro Marcos Leonardi	Doutorando	20h	Ensino Superior - 11 anos Experiência Profissional – 14 anos
Fernando Neitzke	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 14 anos Experiência Profissional – 29 anos
Gesiliane Aparecida Lima Kreve	Mestre	40h DE	Ensino Superior – 5 anos Experiência Profissional – 17 anos
Kátia Conceição Ferreira	Doutora	40h DE	Ensino Superior – 10 anos Experiência Profissional – 10 anos
Luciano Martignoni	Mestre	40h DE	Ensino Superior - 9 anos Experiência Profissional – 19 anos
Márcio Flávio Ruaro	Mestrando	40h	Ensino Superior - 7 anos Experiência Profissional - 14 anos
Marcos Euzébio Maciel	Doutor	40h DE	Ensino Superior - 7 anos Experiência Profissional – 7 anos
Sarah Vieira Franco de Oliveira	Doutora	40h Temporário	Ensino Superior - 1 ano Experiência Profissional – 1 ano